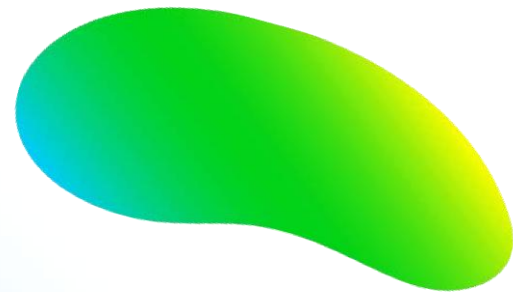


# DESAFIOS REGULATÓRIOS DA OI – REVISÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO E TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Nova York | JUNHO 2016



Revisão do contrato de concessão e celebração do TAC vai reforçar a posição da Oi através de um modelo regulatório mais robusto e equilibrado

### **REVISÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

- Foco na exoneração de obrigações
  - serviço universal de voz
  - bens reversíveis de voz
  - taxa de concessão (2% da receita de voz), ...
- Janela regulatória única para rever o modelo de concessão

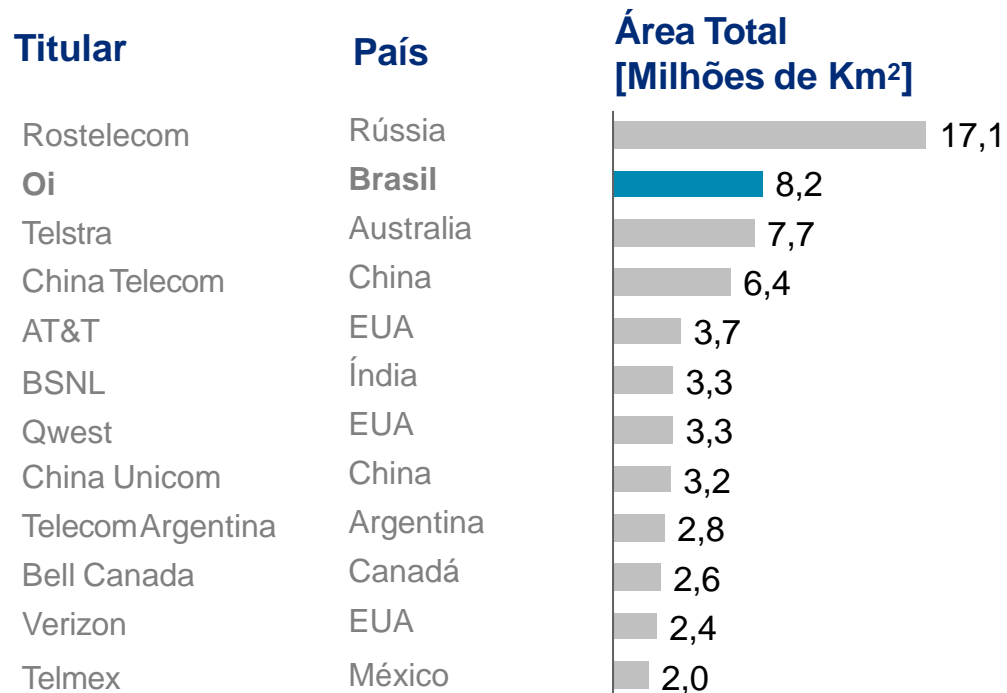
### **TAC : TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

- Mecanismo regulatório que permite a troca de multas por projetos e / ou benefícios para os clientes
- Oportunidade para transformar a operação Oi e melhorar a qualidade do serviço

*Foco dos próximos slides*

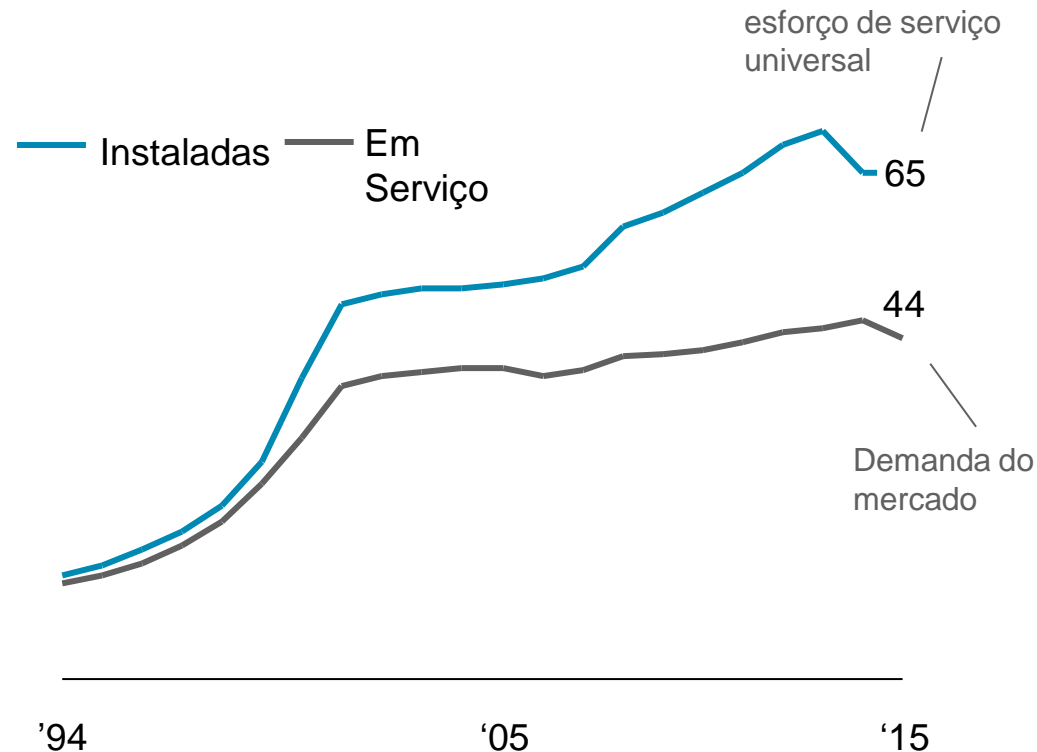
Nos últimos 15 anos, a Oi apresentou um dos maiores e mais agressivos esforços para universalização da telefonia fixa do mundo; hoje, no entanto, o modelo de concessão perdeu sua importância ...

### Área por País em Km<sup>2</sup>



2ª maior esforço de serviço universal de telefonia fixa

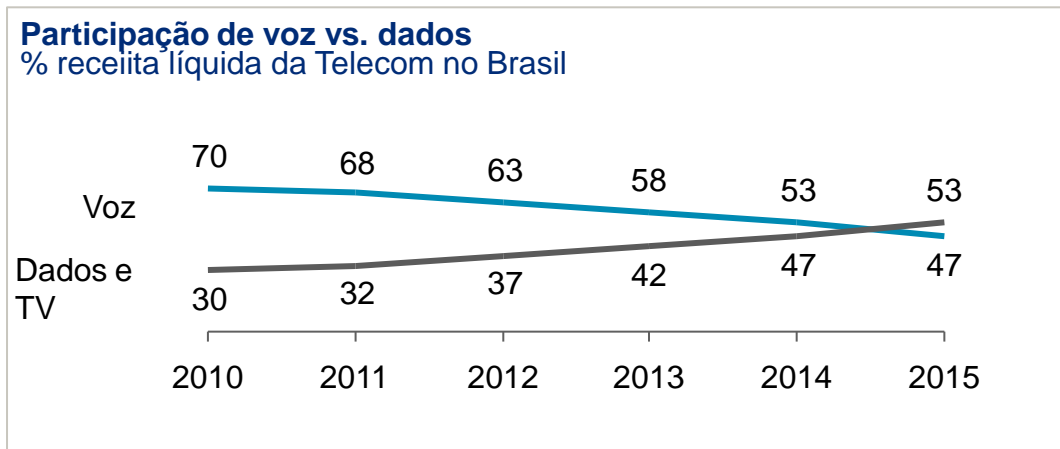
### Linhas fixas - setor inteiro Em milhões de linhas



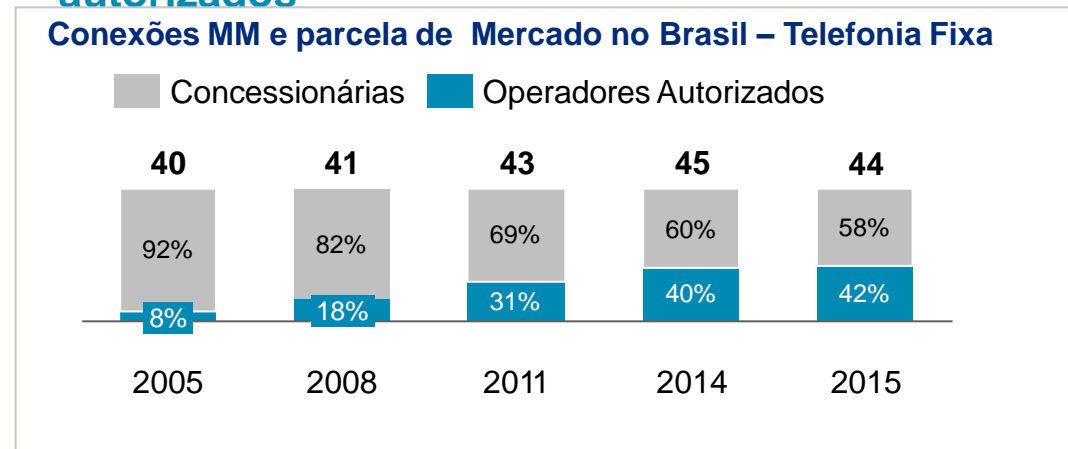
Enorme espaço entre "instaladas" e "linhas em serviço"

... , adicionalmente, a atratividade da concessão de telefonia fixa está a diminuindo devido aos efeitos da concorrência, entre serviços e assimetria regulatória entre os participantes

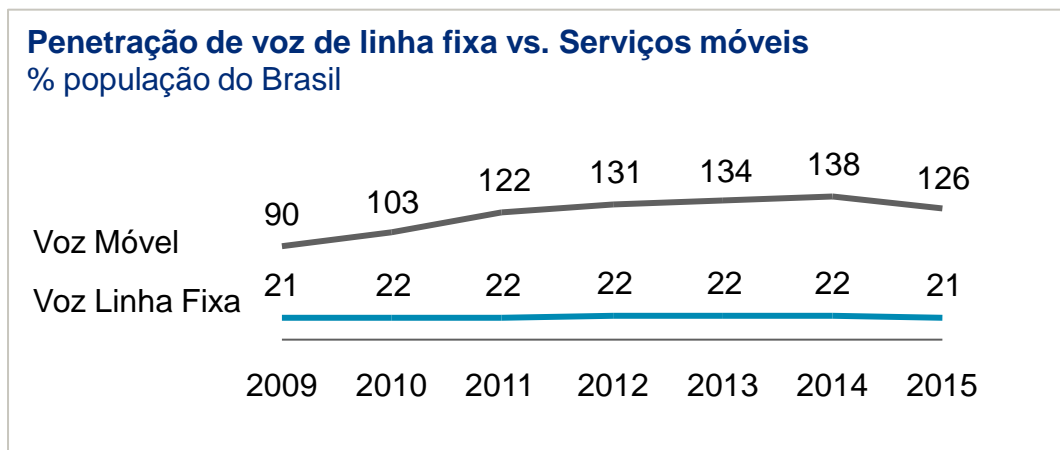
### Substituição de serviços: voz vs. dados



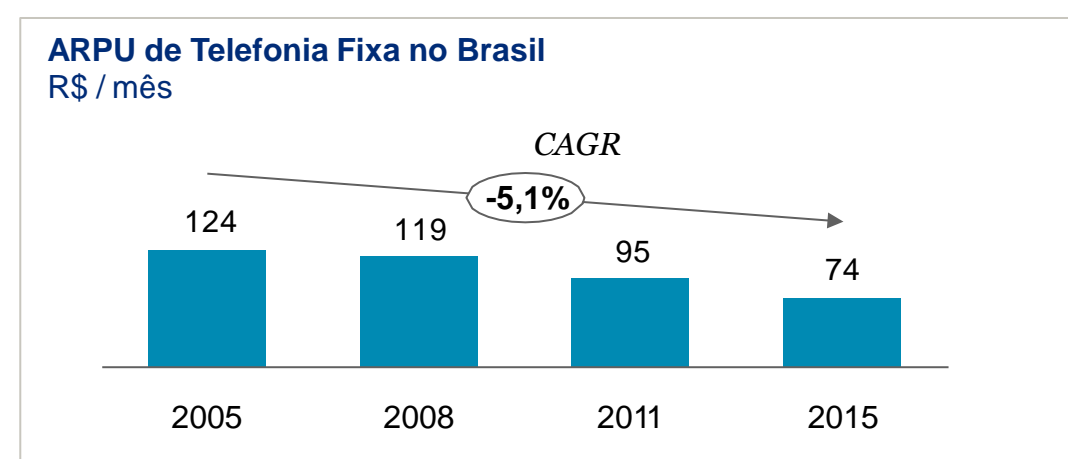
### Assimetria Reguladora: ↑ Parcela de Mercado dos players autorizados



### Substituição de serviços: móvel vs. Linha fixa



### Redução em ARPU – Telefonia Fixa



Apesar da perda de relevância na telefonia fixa , o Brasil continua a ser um destaque, em muitos aspectos, incluindo o modelo de regulação, regime de reversão de ativos, obrigações de serviço universal , etc.



### Regime<sup>1</sup>

- Apenas 3 dos 50 maiores países hoje são concessões - O Brasil é um deles



### Reversão de Ativos<sup>1</sup>

- Dos 8 países que utilizaram (ou ainda utilizam ) concessões, apenas 2 têm esquemas de reversão de ativos, incluindo o Brasil; não houve nenhum caso real de reversão ativos



### Telefones Públicos<sup>2</sup>

- O Brasil é o quarto mais agressivo na densidade dos telefones (4,2 telefones públicos / 1000 habitantes), apesar de ter a quinta maior penetração da telefonia móvel (~ 140% )



### Linha Individual Fixa<sup>3</sup>

- O Brasil é o mais agressivo em termos de obrigações de telefonia fixa , com a necessidade de instalar 100% das linhas em 7 dias, sem flexibilidade ou alvos progressivos (possíveis em outros países)



### Qualidade<sup>4</sup>

- O Brasil é o segundo mais agressivo em termos de indicadores de qualidade de telefonia fixa (21 indicadores), perdendo apenas para Costa Rica



### Penalidades<sup>5</sup>

- Teto pena do Brasil é de R\$ 50 milhões (4,5x maior do que o segundo país); ANATEL é o terceiro maior emissor (por exemplo, a Oi foi multada em R\$ 1.3M por não entregar um PDF editável!)

Muitos *stakeholders* relevantes já expressaram publicamente suas visões a respeito da necessidade de modernizar urgentemente o modelo regulatório de linha fixa do Brasil

*" ...É essencial para nós que possamos reconstruir os fundamentos da economia brasileira. E **melhorar significativamente o ambiente de negócios para o setor privado** . Para que ele possa retomar sua vocação natural para investir, produzir, gerar emprego e renda."*

*Michel Temer*  
O presidente interino do Brasil  
Globo.com – Maio 2016

*" Há uma **completa perda de atratividade e essencialidade** da telefonia fixa ... Não podemos continuar a fazer companhias **manterem serviços que ninguém compra mais**. Recursos têm que ser investidos **naquilo que população demanda**. "*

*Igor de Freitas*  
Comissário da ANATEL  
Telesíntese (análise do voto de Igor) – Fevereiro 2016

*" **Revisão do modelo de concessão** é uma oportunidade para **desregulamentar o setor** " .*

*João Resende*  
Presidente da ANATEL  
Teletime News – Setembro de 2015

A redução das obrigações de concessão geraria benefícios importantes: primeiro, um maior equilíbrio financeiro da unidade de linha fixa, e segundo, para atender as políticas públicas (expansão de banda larga)

**1º passo: uma maior sustentabilidade financeira da telefonia fixa**

- Reduzir significativamente as obrigações da telefonia fixa
- Garantir a estabilidade financeira do negócio de telefonia fixa
- Gerar reduções nas obrigações adicionais para os investimentos de política pública



**2º passo: conhecer agenda de políticas públicas**

- Investir e expandir a Banda Larga no Brasil
- Assegurar uma solução economicamente viável para Oi
- Usar recursos públicos para sustentar a expansão da Banda Larga



*Governo tem sido altamente resistente à negociação de ambos separadamente*

---

Todos os interesses podem alinhar-se em torno do objetivo de permitir a evolução da concessão para um cenário de sustentabilidade de linha fixa, e em torno do crescimento da banda larga no Brasil

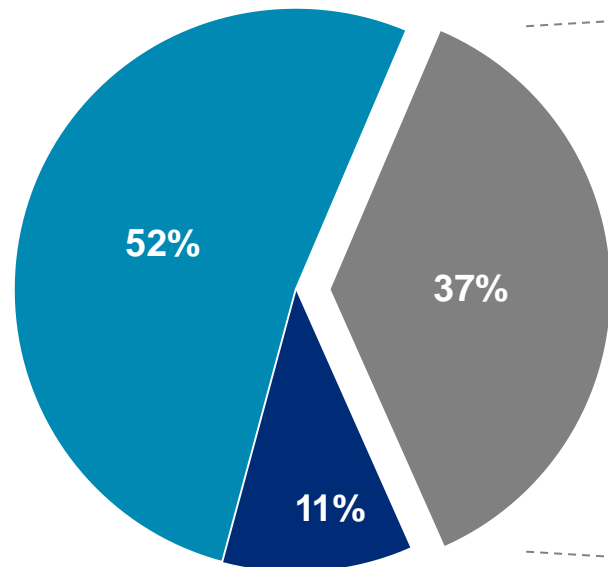
---

Em termos de expansão da banda larga (a prioridade de política pública do órgão governamental), o Brasil tem 2 desafios: (1) ativar novos usuários de banda larga, e (2) aumentar a velocidade média da banda larga

### Famílias por uso de banda larga

% das Famílias

Total = 65 MM domicílios

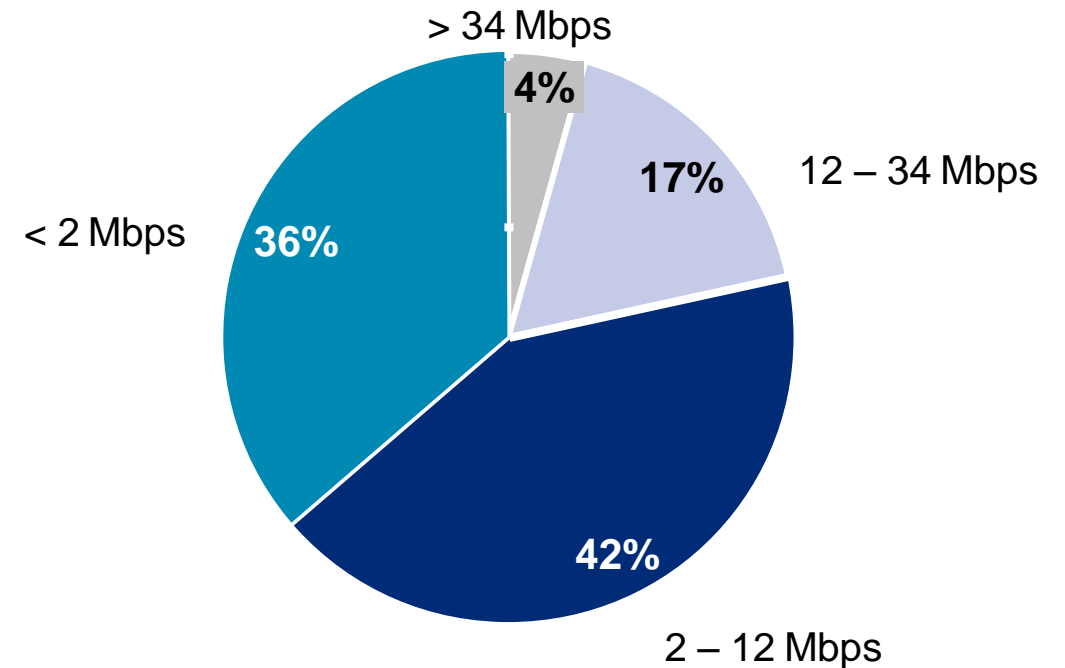


■ Têm banda larga fixa<sup>1</sup> ■ banda larga móvel apenas ■ Sem banda larga

Desafio 1: Possibilitar banda larga em mais de metade das famílias brasileiras

### Famílias: Banda Larga fixa por speed faixa de velocidade<sup>2</sup>

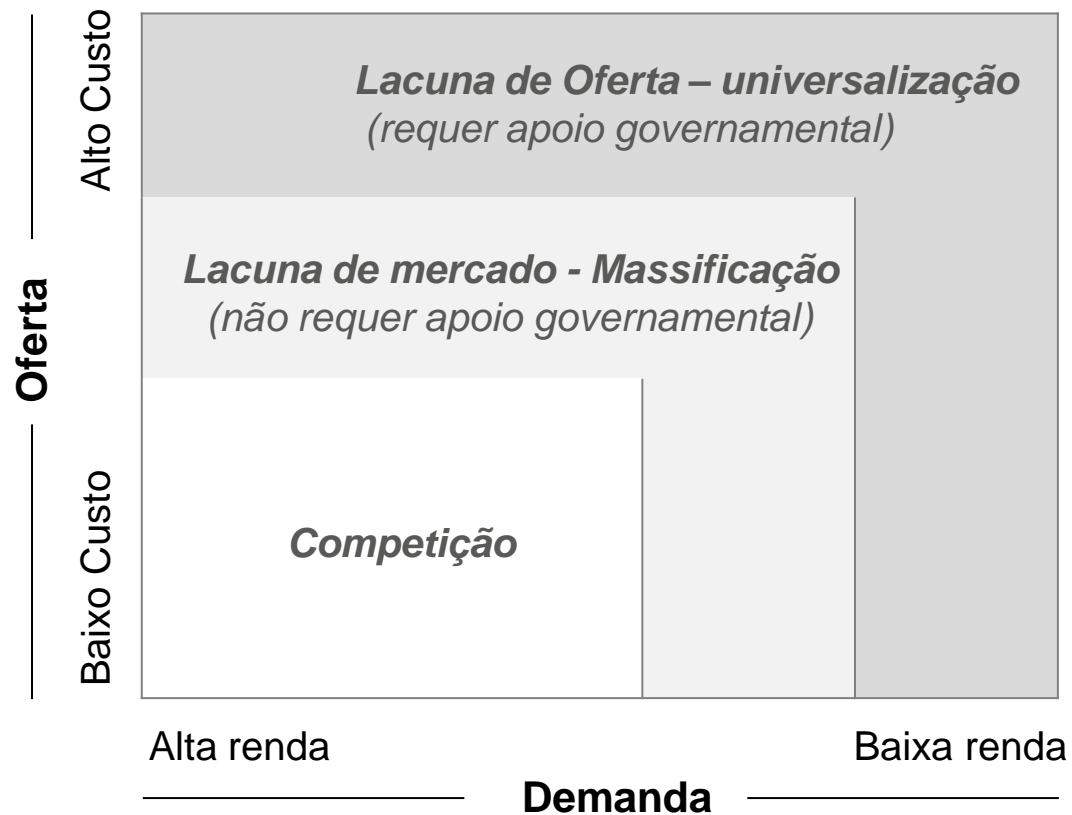
% de Famílias



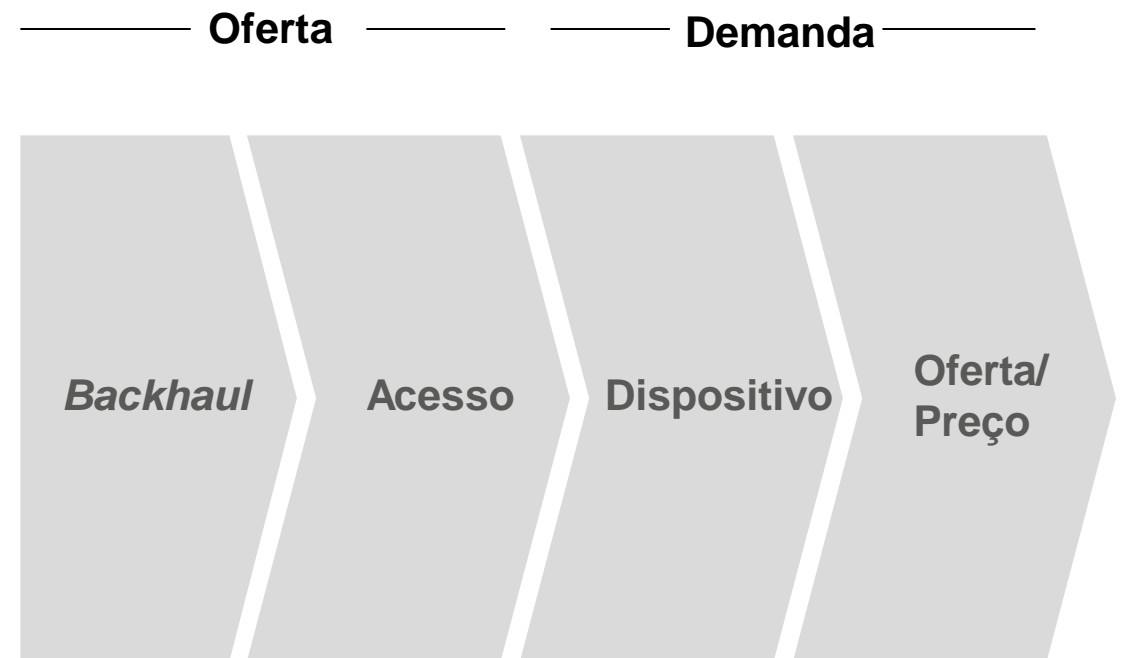
Desafio 2: Aumentar a velocidade média contratada por usuários atuais

A expansão da banda larga tem que distinguir entre massificação e serviços universais e considerar não só fornecimento (construção de rede), mas também demanda (adoção de clientes)

### Proposta Oi para a expansão da banda larga



### Incentivos para a adoção da banda larga



# Posição da Oi e pontos de discussão com o governo sobre a revisão do modelo de concessão de linha fixa, tem as seguintes exigências chave:

## O que precisa ser feito?

- 1 • Converter o regime de concessão (público) para um regime de autorização / privada



## Porque precisa ser feito?

- Permite maior competitividade da Oi; modelo mais robusto, modelo regulatório flexível, e em consonância c/ as referências globais

- 2 • Desafogar o serviço de telefonia fixa, mesmo se convertido em um regime privado



- Ajuda a reduzir o Opex / Capex , reverter a destruição de valor e restaurar a sustentabilidade financeira da unidade de serviço de telefonia fixa

- 3 • Retirar a reversibilidade dos ativos relacionados à telefonia fixa, com *trade-offs* de investimento razoáveis  
• Considerar um ativo multi-serviços



- Permite investimentos mais produtivos e eficientes, bem como a monetização de ativos (leia-se, imobiliários), desbloqueando valores relevantes
- Visão funcional deve considerar ativos multisserviço (fixo & BB)

- 4 • Expandir banda larga (razoavelmente), concentrando-se não só na oferta, mas também na demanda



- Atende aos interesses da sociedade, do mercado, do governo e dos operadores; iria ajudar a estimular a economia do Brasil

- 5 • Usar recursos do setor de prestação de serviços universais de telefonia fixa e de banda larga



- Cobre os custos do serviço universal associados a regiões de alto custo, estímulo da procura, entre outros

Oi tem exaustivamente abordado e interagido com múltiplos *stakeholders* externos para permitir alterações relevantes no cenário regulatório

Não Exaustivo



" Radar", com dimensões de atividade da Oi 

# Existem diferentes pontos de vista em debate para a revisão dos contratos de concessão e modelo de regulação - listamos 4 dos mais relevantes

## Recentes recomendações chave para revisão de concessões *(não exaustiva)*



### Comissário Regulamentar – Voto Igor

- Reduzir o escopo da Concessão (telefones públicos)
- As concessionárias se tornam privadas / autorizadas a acesso individual
- Licença convergente deve ser avaliada
- Não aborda a questão da reversibilidade dos bens

*2 de 5 comissários votaram*



### Comissário Regulamentar - Voto Zerbone

- Ajuste tático e imediato do PGMU e do contrato de concessão (Concessão Light)
- Concessionárias que atenderem metas de investimento podem migrar para um modelo autorizado / privado
- Modelo de licença convergente faz parte do pacote de migração



### Grupo de Trabalho Minicom & Anatel

- Diretrizes publicadas para um novo modelo de regulação (a ser seguido pelo regulador), incluindo:
  - Banda larga como o foco da política pública
  - revisão do modelo de concessão (de concessão para privado), a ser proposta pelo regulador
- Reduções de serviço universal seguida por investimentos em banda larga

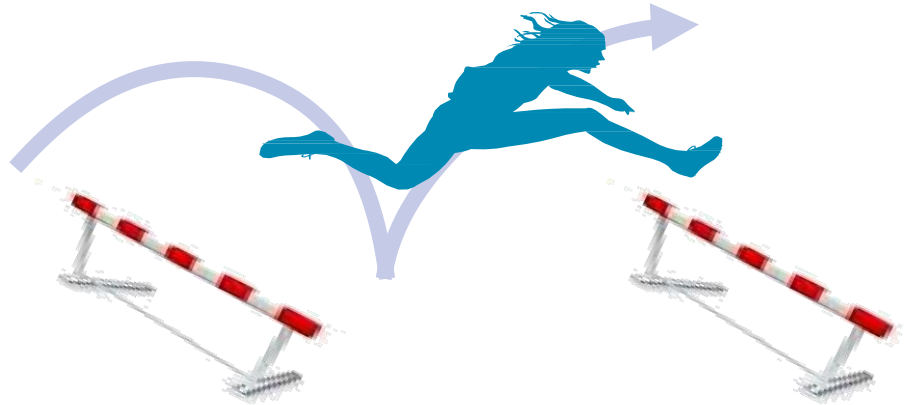


### Projeto de Lei - Câmara dos Deputados

- Nova lei para converter modelo de concessão em regime privado passou na câmara dos deputados (junho/16) e foi submetida ao Senado
  - Nova lei altera a Lei de Telecomunicações já existente no Brasil (LGT)
- Conversão para regime privado possível, em áreas competitivas
  - Inclui neutralidade tecnológica (cobertura móvel como substituta)
- Avaliação de reversão de ativos com base em critério multisserviço

Outras partes interessadas (por exemplo, Planejamento e Ministérios das Finanças, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), FGV (renomada instituição acadêmica), entre muitos outros, também manifestaram favoravelmente seus pontos de vista

Existem incertezas e riscos que devemos abordar para assegurar um elevado grau de conforto e compromisso por parte dos operadores antes de tomar qualquer decisão sobre o quadro regulatório



## 1 Reduções de Obrigações na Linha Fixa

- Assegurar que as obrigações de telefonia fixa (telefone público e rede fixa) sejam reduzidas para apoiar a estabilidade financeira da Oi
  - Modelo híbrido (concessão + privatização) possível
- Reduções de obrigações podem se tornar um jogo “soma zero”

## 2 Esquema de Reversão de Ativos

- Avaliações de ativos deve ser razoável
  - Operadores têm propriedade dos ativos
  - Uso do conceito multiserviços
- Ainda baixo nível de consenso sobre os métodos de avaliação

## 3 Expansão da Banda Larga

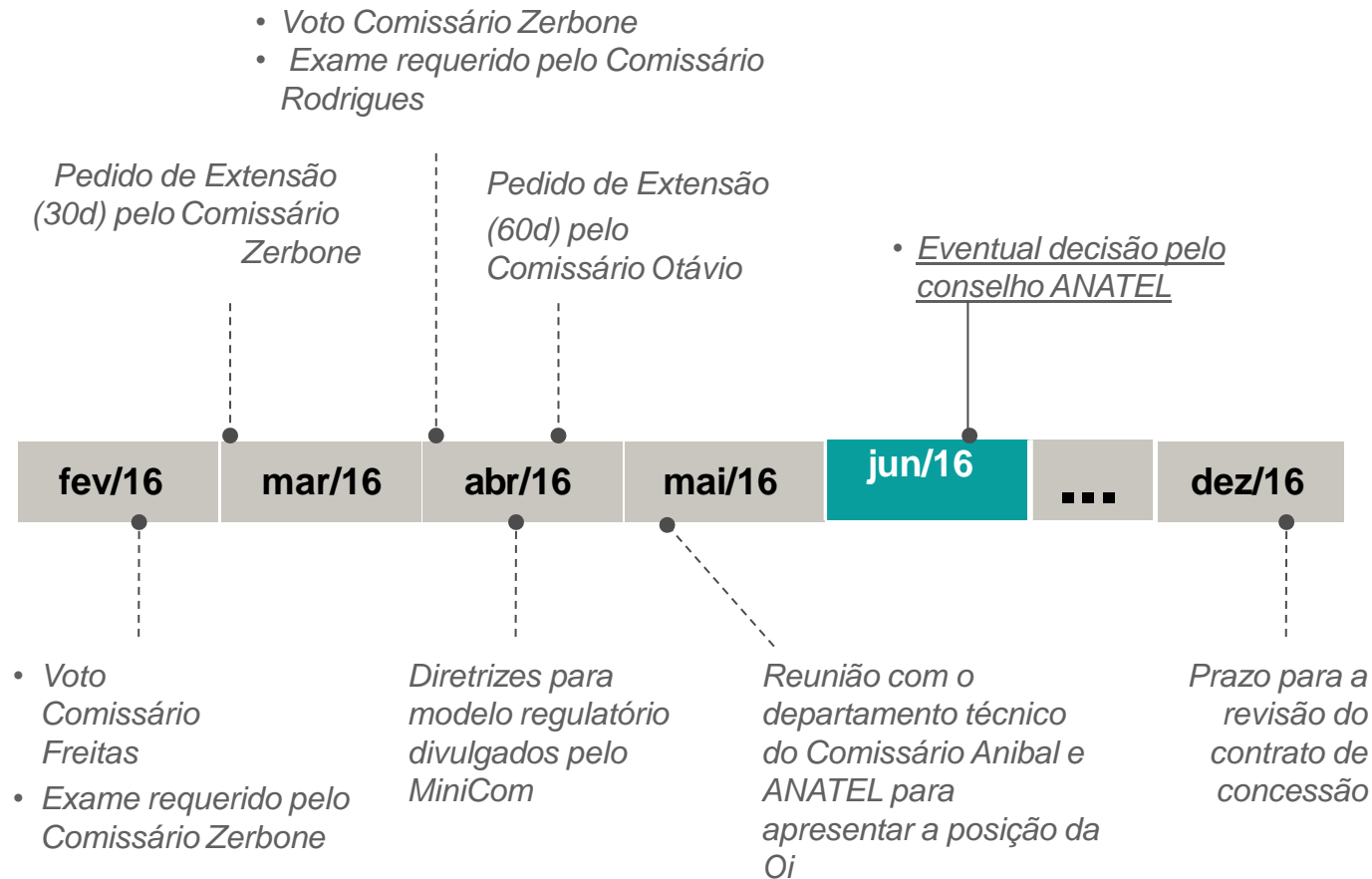
- Planos de expansão de banda larga devem ser razoáveis e economicamente viáveis
  - cronogramas, implementável, devem considerar NW atual, neutralidade tecnológica,...
  - Os operadores devem poder escolher regiões

## 4 Financiando Serviços Universais

- Recursos de telecomunicações devem ser utilizados de forma ativa (não hoje!)
- Para esforços de serviço universais, tanto para a telefonia fixa e banda larga
- Depende de aprovação da lei pelo Congresso (rota mais complexa)

Em termos de atualização de status, o projeto está chegando a uma fase decisiva em que o setor inteiro Telecom podem se beneficiar de mudanças estruturais no modelo regulatório

## Marcos do projeto de concessão



## Atualização de Status

- Prazo para contrato de concessão estendido para dez/2016 (antes era Dez/2015)
- 2 votos dados por comissionários da ANATEL sobre a evolução quadro regulamentar
  - Os ganhos líquidos ainda são incertos (saldo de desoneração de telefonia fixa a reversibilidade dos ativos, banda larga , ....)
  - Avaliação pendente / voto do Comissário Otávio Rodrigues (junho / 2016)
- Oi defende que, independentemente dos votos, reduzir as obrigações de telefonia fixa deve ter impacto imediato
- Fundamental que o programa de expansão de banda larga a ser lançado seja realista e compatível com as necessidades do mercado
- Grupo de trabalho composto por concessionárias privadas locais está em andamento para reforçar a sua posição em relação a temas comuns e mitigar riscos / incertezas
  - Desenvolvimento de um *estudo de posicionamento* com tópicos em comum

O novo Ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicações tomou posse recentemente e promete reavaliar todas as opções, estabelecer um ponto de vista, e redefinir os esforços, se necessário

## Avaliar os esforços até à data



- Avaliar todos os esforços e perspectivas sobre a revisão de concessão
- Principalmente votos dos Comissário ANATEL, o relatório MiniCom, etc.

## Rediscutir c/ Stakeholders



- Rediscutir c/ setor e *stakeholders* gov., e criar um ponto de vista
- Ter clareza de "prós" e "contras" sobre as opções de modelo atuais

## Redefinir saídas/ esforços



- Mentalidade está focada em "melhorar" as opções de recomendação existentes , ...
- ... E "realizar mais rapidamente", para garantir benefícios rápidos para o setor

---

Discussões recentes com o novo governo indicam um desejo de "melhorar o atual" e "fazer mais rápido"

---

## Próximos Passos Chaves

- 1 | Continuar a se aproximar, discutir e resolver as principais incertezas e riscos (reversão de ativos, jogo de soma zero, expansão de banda larga, ...) com os principais *stakeholders*
- 2 | Avaliar e resolver rapidamente (se necessário) avaliação de concessão de voto do Comissário Otávio Rodrigues - a ser feita nas próximas semanas
- 3 | Publicar estudo com posição sólida no atual grupo de trabalho de concessionárias privadas locais, para criar posição mais forte e mais crível sobre temas de alto valor
- 4 | Alavancagem / apoiar o desejo do Ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicações de melhorar as opções existentes e acelerar a implementação

Revisão do contrato de concessão e celebração do TAC vai reforçar a posição da Oi através de um modelo regulatório mais robusto e equilibrado

### **REVISÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

- Focus na exoneração das obrigações
  - Serviço universal de voz
  - Bens reversíveis para voz
  - Taxa de concessão (2% da receita de voz ), ...
- Janela regulatória única para rever o modelo de concessão

### **TAC : TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

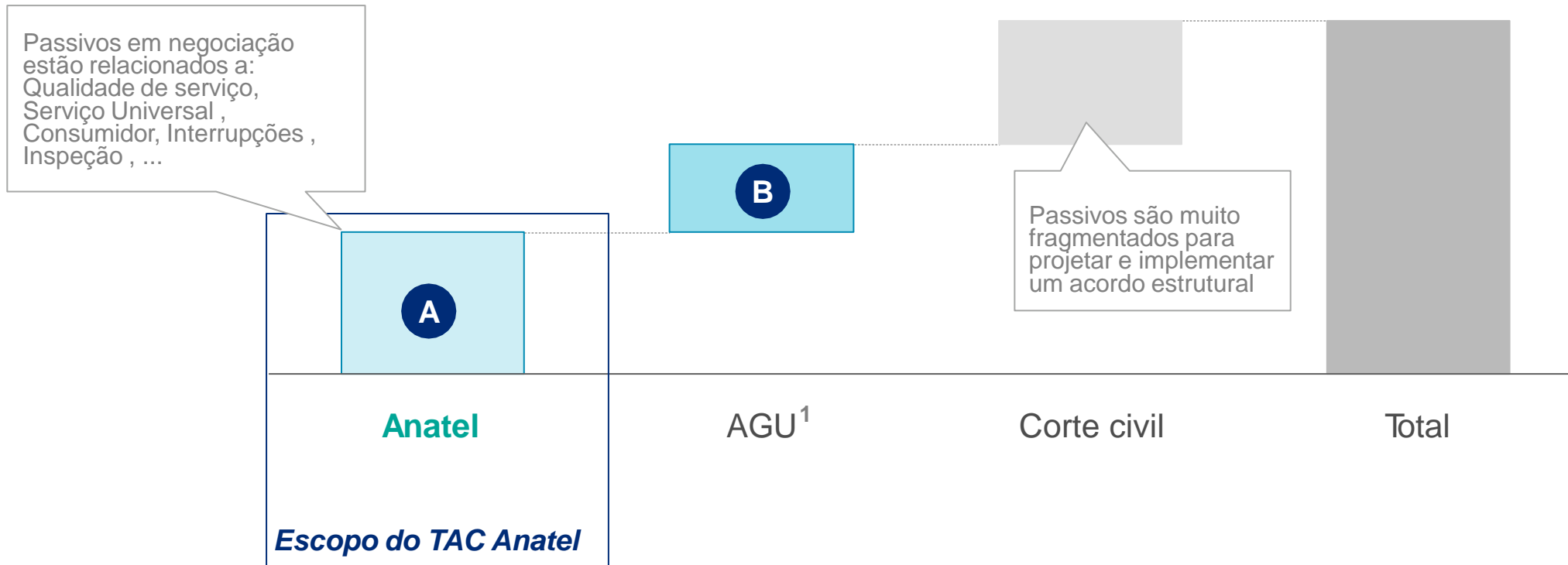
- Mecanismo regulatório que permite a troca de multas por projetos e/ou benefícios para os clientes
- Oportunidade para transformar a operação Oi e melhorar a qualidade de serviço

*Foco nos próximos Slides*

# Oi está atualmente negociando pelo menos 3 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para os passivos regulatórios sob o domínio da ANATEL

## passivos regulatórios da Oi por etapas do processo

**X** Mais detalhes nos próximos slides



Oi também está buscando incorporar passivos sob o domínio do AGU dentro de um acordo de TAC

A

AC visa limpar ~ R\$ 5 bilhões em passivos no domínio da Anatel, evitando novas multas e permitindo 4 anos para alcançar *compliance* regulatório

### Objetivos chave do TAC

1 Totalmente deduz passivos sob o domínio da Anatel, com desconto<sup>1</sup>

2 Evita novas multas por meio de ajustamento de conduta

3 Permite 4 anos para atingir metas reais de regulamentação

---

Anatel aprovou TAC da Oi para temas de Qualidade e Serviço Universal (valor nominal de R\$ 1,2Bi) em 19 de maio<sup>2</sup>; TCU<sup>3</sup> aprovação formal é agora necessária para permitir assinatura do contrato TAC

---

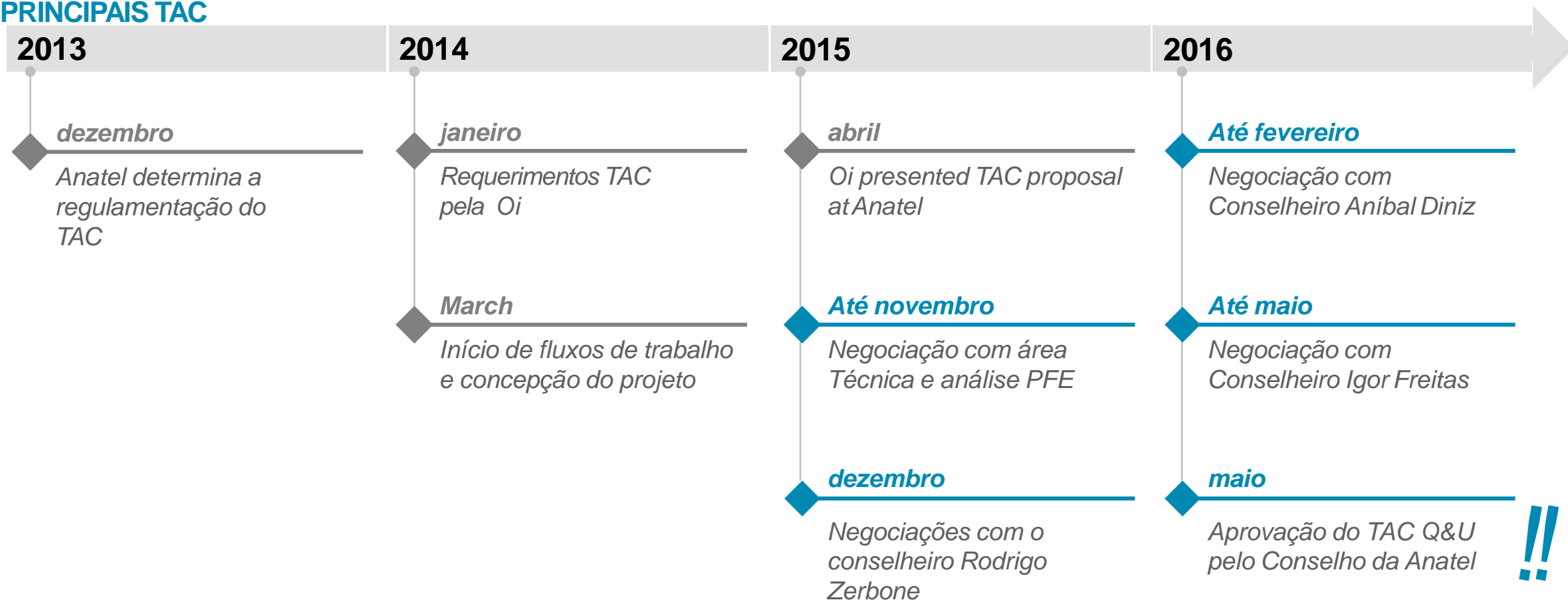
A

Qualidade e Serviços Universais TAC foram aprovados pelo Conselho da Anatel após +2 anos de intenso trabalho da Oi para construir e negociar a proposta

### ESTÁGIOS PRINCIPAIS TAC

◆ todos os temas TAC juntos

◆ Somente qualidade e Serviço Universal TAC



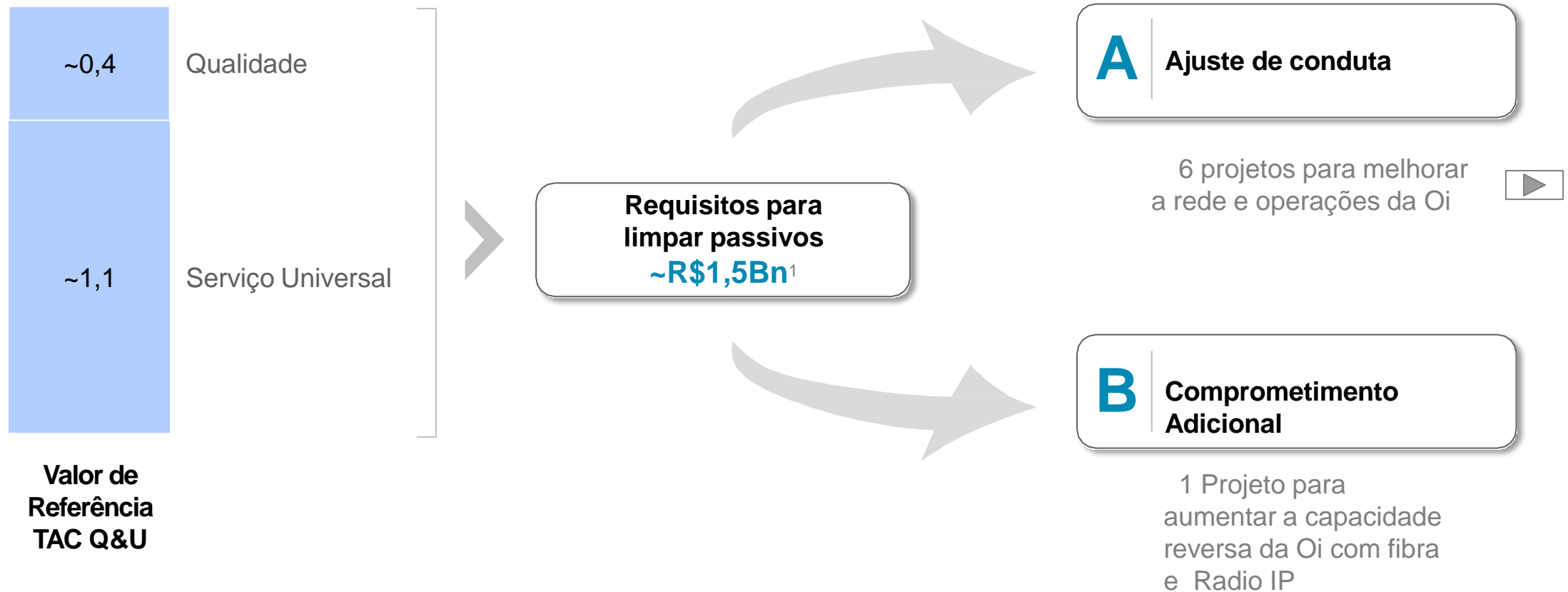
Aprovando o Q&U da TAC, o Conselho da Anatel determinou diretrizes para os próximos TAC, o que, portanto, deve avançar com maior rapidez; a decisão da Anatel está prevista para o final de 2016

A

Proposta de TAC implica duas vertentes de trabalho: Ajustamento de Conduta (despesas não relacionadas com montante de multas) e implantação de um compromisso adicional (despesas proporcionais às contingências)

**Contingências TAC Q&U**

Ajustados em Bi de R\$



**Comprometimento Adicional CAPEX2 equivale a ~ R\$ 0,9Bi em 4 anos**

Notas: ( 1) O valor nominal TAC aprovado pela Anatel é de R\$ 1,2 Bi, valor ajustado com base nas taxas de juro até nov /15 é de R\$ 1,5 Bi. Investimento para os montantes de autorização adicionais R\$ 0,9 bilhões em 4 anos; (2) CAPEX pode mudar após a aprovação formal TCU

**A**

## Próximos passos e implicações fundamentais para a Oi, após a aprovação do TAC de Qualidade e Serviço Universais pelo Conselho da ANATEL

### Que passos são necessários para trazer o TAC em prática?

- TCU vai analisar a proposta que foi aprovada na semana passada pelo Conselho da Anatel
- Não existem outras aprovações (ex . Governo, Congresso Nacional) obrigatórios
- TCU não tem prazo para completar a sua análise e dar a sua aprovação formal ao TAC (60 dias é o melhor cenário)
- Após a aprovação do TCU, a Anatel e a Oi estão propensas a assinar oficialmente o acordo TAC no prazo de 30 dias
- Após a assinatura do TAC, a Oi tem 4 anos para completar os investimentos propostos

### Será que a aprovação TAC permitirá à Oi cauções e / ou depósitos judiciais reverter?

- Acordo TAC não irá substituir qualquer um dos ~ R\$ 1 bilhão de ativos em depósito em garantia/ judicial
- Na verdade, todas as contingências regulatórias em negociação com a Anatel não exigiram qualquer caução / depósitos judiciais no passado

### Quais são os impactos do TAC esperados sobre o fluxo de caixa e não incluídos no balanço patrimonial?

- Em primeiro lugar, o acordo TAC permite a Oi evitar o pagamento de ~ R\$ 1,5 bilhões (ajustado) em multas ou fazer depósitos em garantia/judiciais para a mesma quantidade durante 2016
- Em segundo lugar, o acordo TAC permite que a Oi invista esse montante para aumentar sua Rede, Operação, performances dos Centros de Contato
- Quando todas as negociações com a Anatel forem positivamente concluídas com um contrato (pelo menos 2 novos TAC serão discutidos e esperamos, aprovados até o final de 2016), a Oi poderá eventualmente reduzir algumas disposições de acordo com as orientações/regras de auditoria

Nas próximas semanas Oi vai ficar focada em definir as negociações em curso relativas a novos TAC com o departamentos Técnico da Anatel

**B**

Considerando a recente aprovação do Congresso da “Lei de Mediação<sup>1</sup>”, a Oi também está se esforçando para iniciar as negociações de TAC para passivos sob o domínio da AGU, que requer baixo custos suplementares para o ajuste de condutas

### Solução Necessária

**Ativar um “TAC AGU”:**  
através da extensão do  
acordo atual para passivos  
sob o domínio do AGU

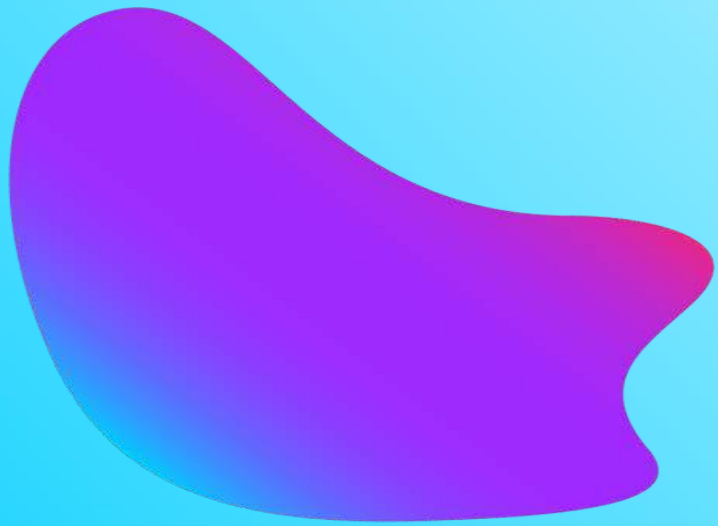
### Qual alternativa implementar?

- 1 ANATEL autonomamente decide executar o negócio
- 2 MiniCom dá poderes à ANATEL para executar o negócio
- 3 Congresso aprova medida específica para definição de caminho de solução

---

Entidades públicas brasileiras precisam definir instrumentos administrativos e/ou legais para permitir a negociação de um acordo de TAC para passivos sob o domínio de AGU

---



**SLIDES AUXILIARES**  
**TAC**



A

## Projetos aprovados pela Anatel Câmara como obrigações para o ajustamento de conduta

Projeto	Descrição	KPI Relevantes
<b>1</b> Estruturação RJ (FTTH)	Nova implementação de rede FTTH: 950K residencial em 4 anos na área do Estado do Rio de Janeiro	ARI, RAI, END, ART e TEP
<b>2</b> Expansão de cobertura 3G	Aumentar a cobertura da rede móvel 3G e capacidade de implantação de 1632 locais em 840 cidades (atualmente 681 cidades não tem cobertura do serviço 3G)	SMP 5 ao SMP 9 <sup>1</sup>
<b>3</b> Aumentar a capacidade da rede de transporte IP	O aumento da capilaridade da rede IP para permitir a expansão da cobertura 3G	SMP 5 ao SMP 9 <sup>1</sup>
<b>4</b> Melhoria de Acesso à Rede Fixa	Executar manutenção corretiva nos piores elementos de rede / mais críticos	ARI, RAI, END, TEP e ART
<b>5</b> Serviço de Atendimento ao Consumidor	Nova extensão CRM	SMP12 ATT ILA
	Melhorar Infraestrutura de Centro de Contato	SMP12 ATT ILA
	Canais Alternativos	SMP12 <sup>1</sup> ATT <sup>1</sup> ILA
<b>6</b> Melhorar Telefone Público	Atualização tecnológica das instalações de telefones públicos residuais (após a revisão do modelo de concessão) para permitir nova alternativa de pagamentos aos clientes	ARI, RAI, END, TEP e ART

# SLIDES AUXILIARES DE CONCESSÕES

## Serviço de linha fixa - proposta da Oi (1/2)

	Premissas da Proposta	Lógica
Exonerações	1 Em áreas com cobertura de telefonia móvel, a retirada imediata das obrigações de universalização ...	<ul style="list-style-type: none"><li>• Universalização do serviço de voz foi bem-sucedida e concluída, perda de essencialidade do serviço de linha fixa (substituição fixo-móvel e dados de voz) e insustentabilidade do modelo de concessão</li><li>• As análises apresentadas na votação 25/2016 - GCIF</li></ul>
	2 .. Em áreas sem cobertura móvel, resumo de termos para manter telefones públicos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manutenção e disponibilidade de oferta de telefones públicos onde não há cobertura de voz, com o compromisso até 2025</li><li>• As análises apresentadas na votação 25/2016 - GCIF</li></ul>
	3 Fim da encargo (% da receita) de concessão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Universalização do serviço de voz foi bem sucedida e concluída, perda de essencialidade do serviço de linha fixa (substituição fixo-móvel e dados de voz) e insustentabilidade do modelo de concessão</li></ul>
	4 Reduções obrigacionais não deverão reverter para contrapartes/ CAPEX para banda larga	<ul style="list-style-type: none"><li>• Se o serviço de telefonia fixa não é essencial, as concessionárias não deveriam ter que alocar reduções obrigacionais como investimentos</li><li>• Além disso, o serviço das concessões de telefonia fixa é insustentável e exige reduções obrigacionais</li></ul>
	5 Exoneração de fundos setoriais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exoneração de Fundos – descontos baseados em coletas não utilizadas<ul style="list-style-type: none"><li>– Como no Projeto de Lei 6.789</li></ul></li></ul>

## Serviço de linha fixa - proposta da Oi (2/2)

	Premissas da Proposta	Lógica
Evolução	6 Migração para o regime privado	<ul style="list-style-type: none"><li>• Simetria regulamentar com os operadores privados e muito mais flexibilidade do modelo</li><li>• Em linha com o resto do mundo ( &gt; 85 % dos países analisados )</li></ul>
	7 Manutenção do plano básico, sem Fator X	<ul style="list-style-type: none"><li>• Compromissos dos operadores com consumidores</li><li>• Simetria com operadores privados (sem ajuste do Fator X)</li></ul>
	8 Estrutura de licenciamento não deve ser revista neste processo de revisão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tema deve ser tratado mais tarde, em uma discussão que envolve todo o ecossistema de Telecom, incluindo Otts</li><li>• As discussões de hoje devem primeiro resolver a desoneração e a sustentabilidade do STFC</li></ul>

## Reversão de ativos - Proposta da Oi

<b>Premissas da Proposta</b>	<b>Lógica</b>
1 Fim do regime de reversão de ativos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Linha fixa perdeu sua essencialidade no mercado de voz – linha móvel é a substituta</li><li>• Além disso, existem outros mecanismos para assegurar a continuidade (p.ex. Garantias)</li></ul>
2 Avaliação deve considerar o uso da “funcionalidade” /conceito multisserviços	<ul style="list-style-type: none"><li>• Bens Multisserviço não são exclusivos para o serviço de telefonia fixa e não podem ser reversíveis em sua totalidade no final do contrato de concessão</li></ul>
3 Titularidade dos ativos é de propriedade das concessionárias	<ul style="list-style-type: none"><li>• Bens pertencentes a empresas do grupo Telebrás foram adquiridas por concessionárias existentes</li><li>• Composição do capital Telebras já tinha 80 % de participação privada</li></ul>
4 A posse, não a propriedade, reverte para o Estado em 2025	<ul style="list-style-type: none"><li>• O que inverte é a posse dos bens que são essenciais para a continuidade dos serviços, na medida do seu uso, não a propriedade</li></ul>
5 Liberação/exoneração dos bens reversíveis deve ser imediata	<ul style="list-style-type: none"><li>• Permite alívio financeiro para as concessionárias, principalmente para investimentos em banda larga; se não, não há dinheiro "novo"</li><li>• Com o final da concessão , não deve deixar de haver restrições sobre o uso de ativos</li></ul>
6 Avaliação das mercadorias deve considerar fatores RBR e DSAC	<ul style="list-style-type: none"><li>• Usar ferramentas informadas à Anatel (RBR e DSAC) para delimitação dos bens reversíveis e sua proporcionalidade</li></ul>
7 Bens reversíveis em áreas pouco atraentes não devem ser parte dos cálculos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ativos em áreas não atrativas / competitivas têm um potencial limitado para a lucratividade e não devem ser consideradas como parte do saldo</li></ul>

## Banda Larga - proposta da Oi (1/2)

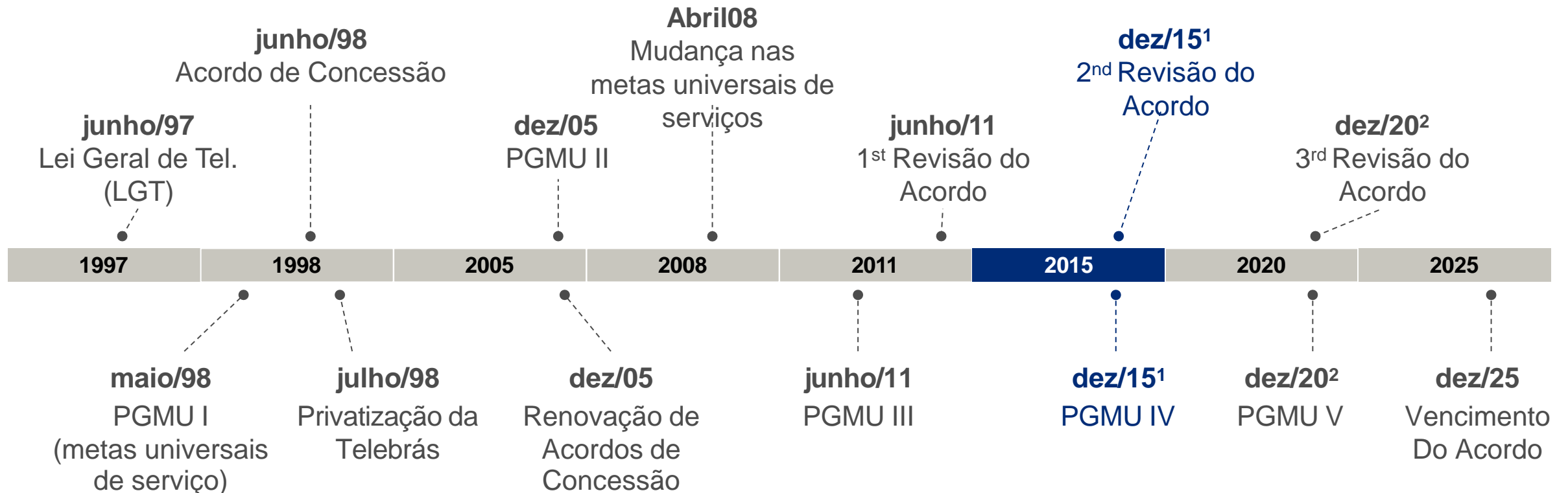
Premissas da Proposta	Lógica
1 Compromissos limitados ao saldo dos bens reversíveis	• Os esforços financeiros e operacionais a serem feitos pelas concessionárias devem ser limitados ao saldo/quantidade de dinheiro associada a bens reversíveis (a ser determinado)
2 Escolha das cidades de implantação deverá ser feita pelos operadores	• Direito de escolher cidades para investimentos em banda larga , independentemente dos tipos de grupos em que estão inseridos (1, 2 , 3 ou 4 - de acordo com a ANATEL)
3 Neutralidade Tecnológica	• Possibilidade de utilização da tecnologia mais eficiente para cumprir os compromissos de banda larga (ex. rede 4G, rádio IP, etc.)
4 Grupos baseado em modelo de lacunas (Banco Mundial)	• Usar o modelo de vão promovido pelo Banco Mundial para a expansão e serviços universais de banda larga
5 Uso de multiplicadores por localização (para o consumo do saldo do ativo)	• Implementação de equilíbrio financeiro reduzido com base em diferentes tipos de projetos (ex. escolas, acesso, transporte, etc.), áreas (ex. grupos, locais), e volumes
6 Uso imediato do FUST para áreas de alto custo (incluindo incentivos para a demanda)	• Utilização imediata de fundos do setor em áreas de alto custo de baixa atratividade, estimulando tanto a oferta quanto a demanda de banda larga • Com base nas melhores práticas internacionais (ex. EUA, Chile, etc.)

## Banda Larga - proposta da Oi (2/2)

Premissas da Proposta	Lógica
7 O uso do equilíbrio financeiro de ativos reversíveis como CAPEX , e não VPL	<ul style="list-style-type: none"><li>• Equilíbrio direto para investimento (CAPEX), deixando a responsabilidade aos operadores a utilização e retorno deste investimento</li></ul>
8 Utilização da rede instalada	<ul style="list-style-type: none"><li>• O uso da infraestrutura de cobre já instalada deve ser considerado como a base do compromisso de expansão de banda larga</li></ul>
9 Viabilidade operacional e financeira	<ul style="list-style-type: none"><li>• Viabilidade dos compromissos assumidos, dado a capacidade de investimento / implementação de operadores e outros compromissos (p.ex. TAC )</li><li>• Implementação até 2025, pelo menos</li></ul>

O acordo de concessões de telefonia fixa foi criada em 1998, com vencimento em 2025 ; estamos atualmente na 2ª revisão

### Linha o Tempo dos principais componentes de telefonia fixa (STFC)



Notas: foram estendido pela ANATEL até final de 2016

Modelo de concessão foi desenvolvido em 1997 para atender a demanda do cliente insatisfeito e a falta de infraestrutura de telecomunicações

**Lista de espera para adquirir telefone fixo**  
# solicitações pendentes - 1997

**2,4 milhões**

**Preço de Instalação de uma Linha Fixa<sup>1</sup>**  
R\$ em 1997 (Telebrasil)

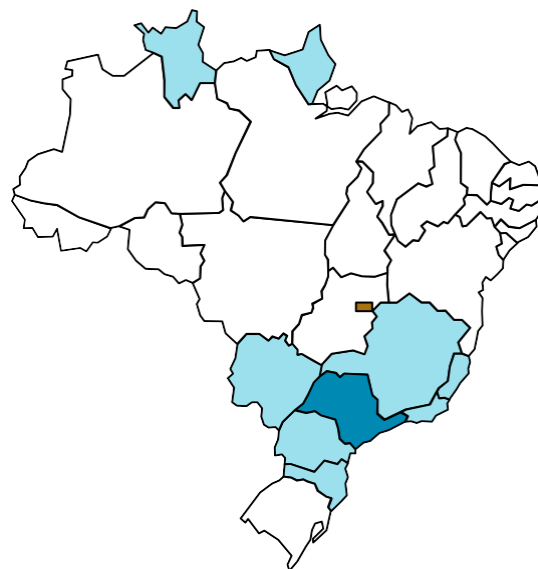
**R\$ 5.300<sup>2</sup>**

A concessão de telefonia fixa atingiu seu objetivo inicial – serviço universal de telefonia fixa foi entregue com sucesso em todo o Brasil

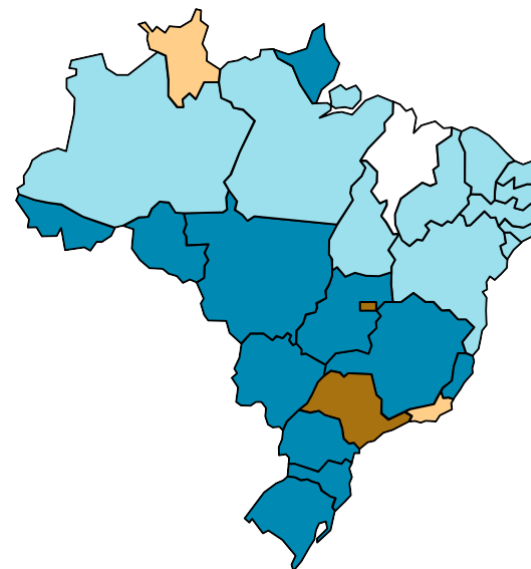
# linhas por 100 famílias

- Até 30
- De 30 a 50
- De 50 a 70
- De 70 a 90
- Mais de 90

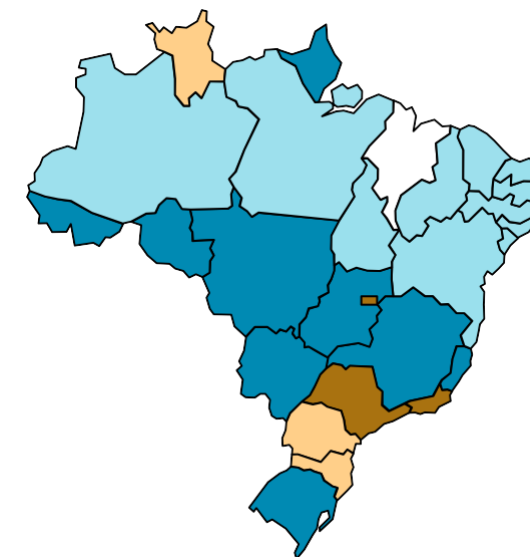
1994



1999



2014



# Linhas por 100 Famílias

35

65

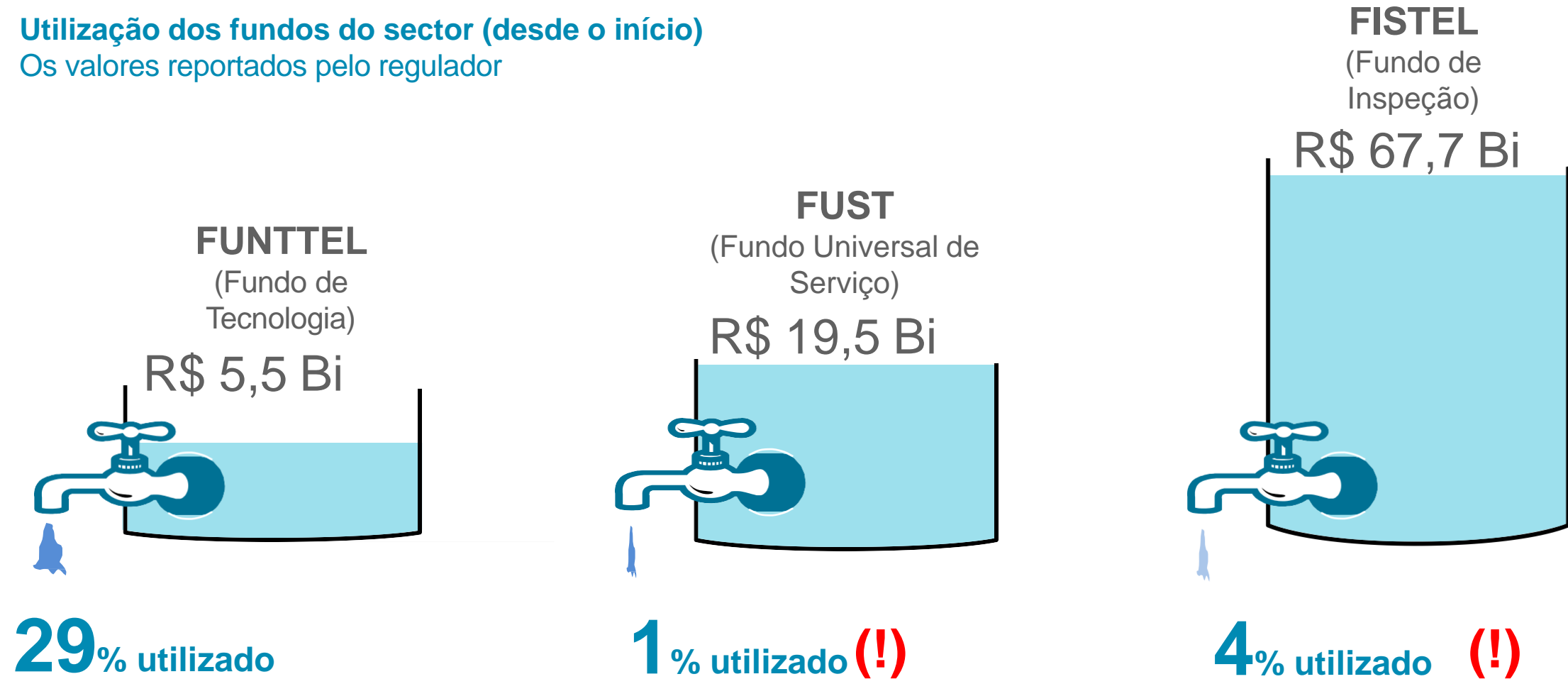
70

Nota: 1994 e 1999 representam linhas instaladas ; 2014 representa linha em serviço  
Fonte: Anatel; IBGE

No Brasil, o fator chave de sucesso de uma expansão de banda larga em massa e manutenção do serviço universal de telefonia fixa (onde necessário) dependem fortemente da utilização ativa de fundos Telecom

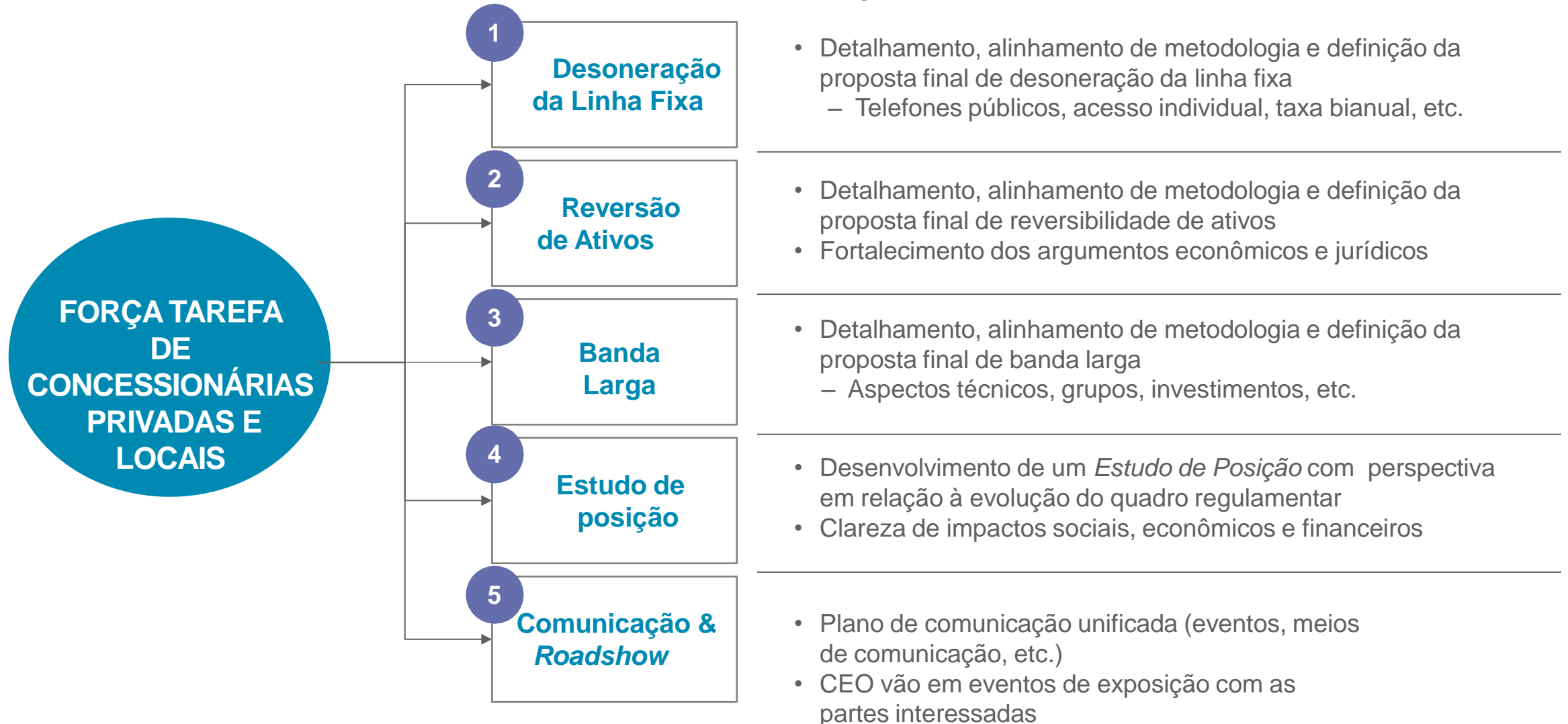
### Utilização dos fundos do sector (desde o início)

Os valores reportados pelo regulador



Um grupo de trabalho composto por concessionárias privadas locais de telefonia fixa está em andamento para reforçar a sua posição em relação à evolução do quadro regulamentar e atenuar os principais riscos / incertezas

### Description of work fronts





## Referência em telefonia de linha fixa: principais conclusões por camada regulamentar (1/2)

### Camada

### Lições Aprendidas

#### Regime

- Concessões são raras, ultrapassadas (apenas 3 no mundo ) e transitórias (média de quatro anos após a liberação do mercado)
- A maioria dos países (~ 85%) migraram para o modelo de regime privado

#### Reversibilidade

- Concessões que migraram para o regime privado mantiveram seus ativos; não há casos de reversibilidade real dos ativos
- Macau é o caso mais próximo à realidade brasileira
- Existem outros mecanismos utilizados para garantir a continuidade do serviço (por exemplo, garantias, transferência de responsabilidade ...)
- Reversibilidade em Telecom é complexa em relação a outros setores devido à ativos multisserviços

#### Universalização

- Na transição de uma concessão para um regime privado, a existência de serviços de voz universais é comum
- A maioria dos modelos comuns utilizados para garantir a prestação de serviços universais são lances e “*carrier of last resort*”
- Países como os EUA e Canadá isentam áreas competitivas de suas obrigações

#### Financiamento

- Na maioria dos países, a universalização da telefonia fixa é garantida através de fundos do serviço universais ativos



## Referência em telefonia de linha fixa: principais conclusões por camada regulamentar (2/2)

### Camada

#### Obrigações e multas

### Lição

#### Obrigações:

- O Brasil é “um caso à parte” na prestação de telefonia pública - alta densidade de telefones públicos vs. penetração móvel
- Mesmo com nova consulta pública ( PGMU 4)
- Referências mostram uma redução / extinção de obrigações de cobertura em vários países
- O Brasil tem obrigações agressivas de instalação de linha fixa - tempo limitado de instalar, sem metas progressivas e critérios muito restritivos de regionalização
- Mesmo com nova consulta pública ( PGMU 4)
  - Ao contrário do sector da eletricidade, onde há metas regionalizadas

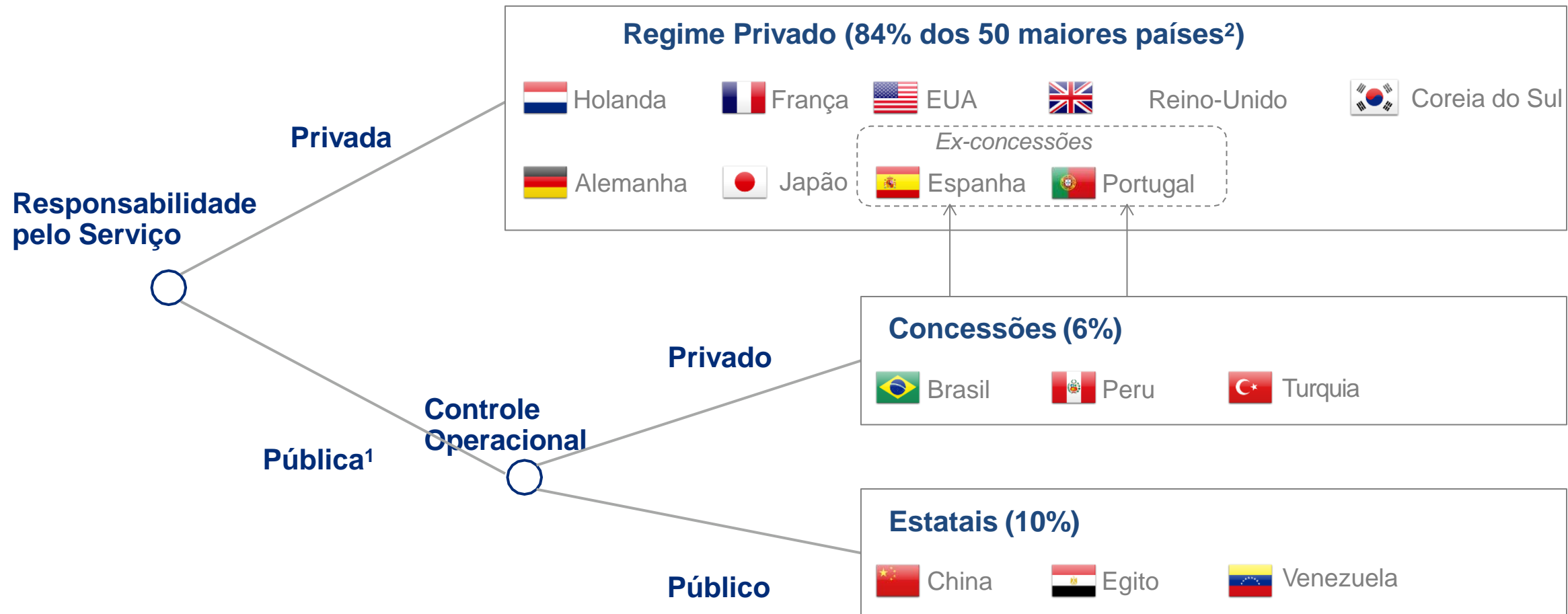
#### Aplicação de Multas:

- O setor de Telecom no Brasil é um dos maiores emissores de sanções / multas aplicadas em comparação aos reguladores em outros setores e países
  - O regulador no Brasil gere número excessivo de indicadores em relação à outros países
-

Atualmente , as concessões de telefonia fixa são modelos muito específicas e raras

Não Exaustivo

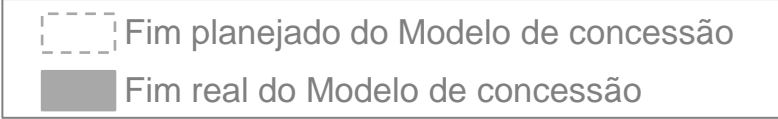
### Avaliação da responsabilidade vs Controle



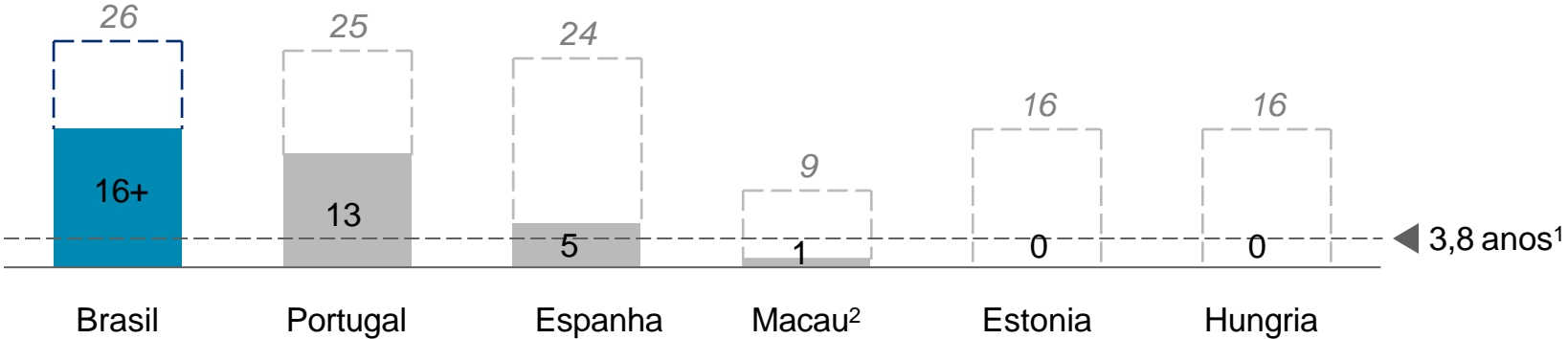
Notas: (1) O governo tem a responsabilidade final do serviço de telefonia fixa ;  
(2) Classificação de países por PIB

Enquanto em outros países as concessões foram transitórias, o Brasil permanece há + de 16 anos com o mesmo modelo

**Tempo entre privatizações e fim das concessões**  
Em anos



Não Exaustivo

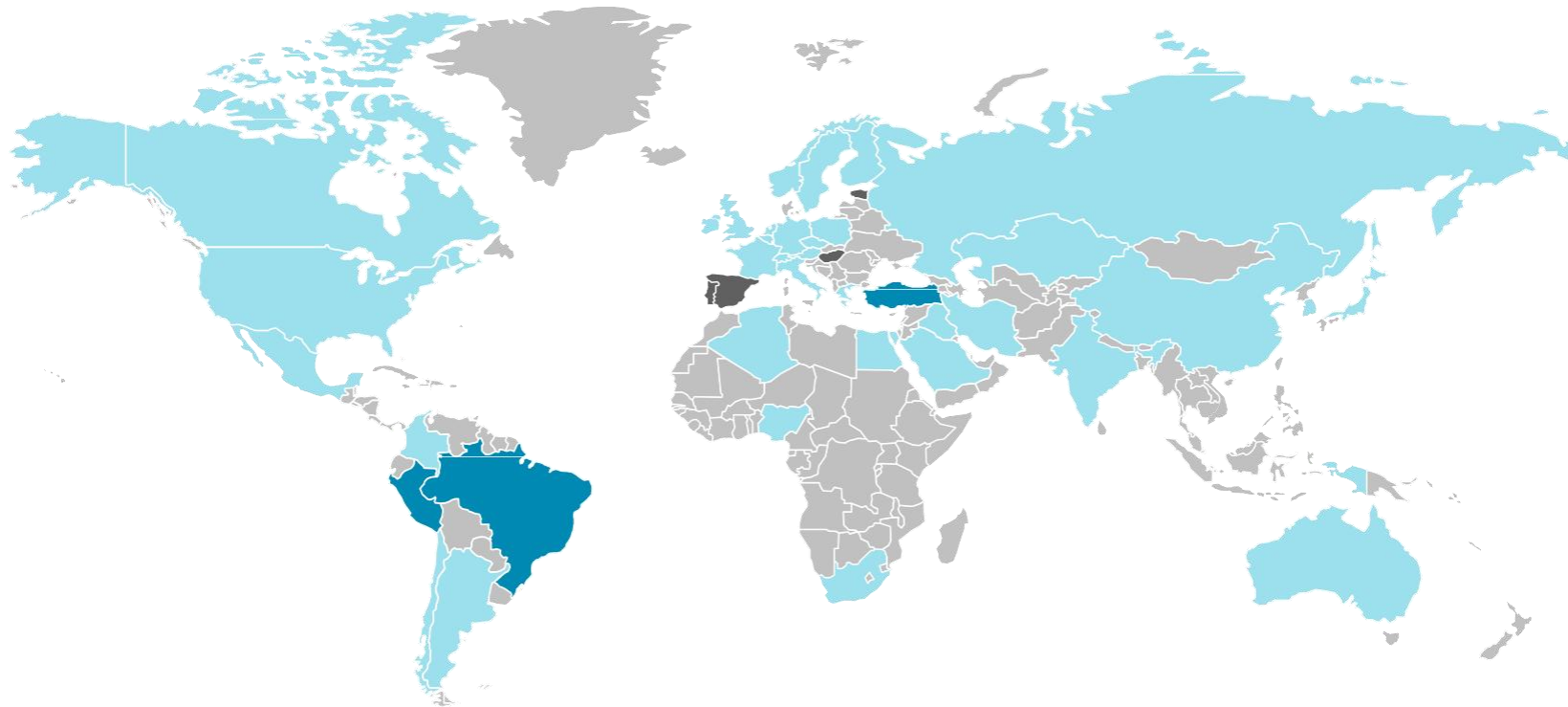


	Brasil	Portugal	Espanha	Estonia	Hungria
Liberação do Mercado	1999	2000	1998	2012	2001
Fim real das Concessões	-	2013	2003	2013 <sup>2</sup>	2001
Fim planejado das Concessões	2025	2025	2022	2021	2017

Notas: (1) não considera o Brasil (2) a migração parcial - concessão residual continua em paralelo com o regime de iniciativa privada  
Fonte : NERA e pesquisa Oliver Wyman

O modelo de concessão realizou sua finalidade e agora precisa evoluir; a maioria dos sistemas utilizados no mundo é o regime de autorização (~ 85% dos países)

### Referências de Países com Concessões



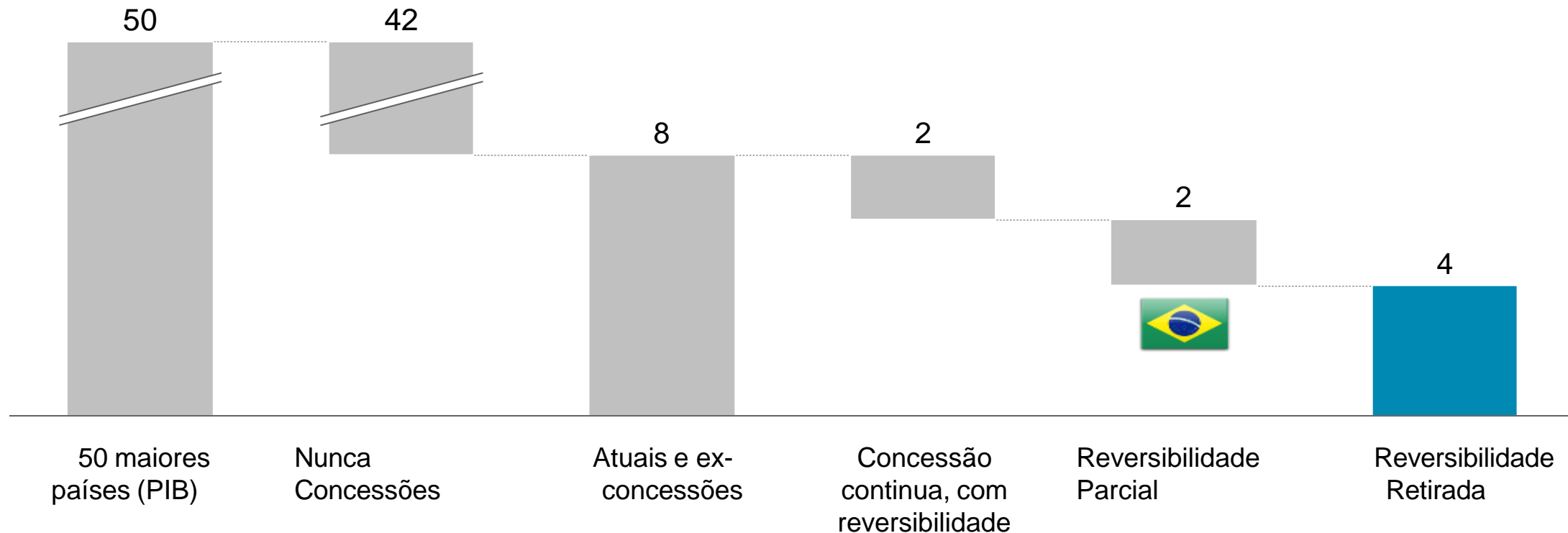
### Lições Aprendidas

- Referências Nacionais e internacionais
- Simetria Regulatória
- Continuidade de serviços e tarifas
- Incentivos aos Investimentos
- Flexibilizações

Evolução do modelo implica em resolver o esquema de reversão de ativos, criando uma perspectiva de longo prazo para o sector (investimentos /alocações mais produtivas e eficientes, monetização de ativos, ...)

### Discriminação dos Países

# de países



Notas: (1) Concessionários forçados a vender ou leiloar ativos relacionados ao serviço no final da concessão, mas não reverter para o Estado; (2) Apesar da migração do operador concessionário do contrato de autorização é susceptível de ser renovado em 2016 ao seu final original 2021 ( 20 anos de concessão); (3) fixa as concessões de telefonia nos 50 maiores países do mundo por PIB.

Fonte: NERA Pesquisa e Oliver Wyman

Além disso, contratuais obrigações regulatórias hoje ainda representam um pesado encargo financeiro para o negócio de telefonia fixa das concessionárias

## Tópicos

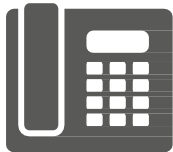
## Exemplos de problemas enfrentados

Não Exaustivo



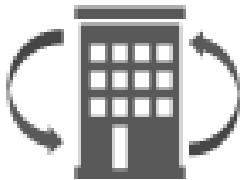
### Telefones Públicos

- Obrigações estão distantes das necessidades reais do mercado
- metas agressivas e encargos financeiros pesados (por exemplo telefones públicos a cada 300 m)



### Telefones Fixos

- Obrigações de investimento em regiões de muito baixa demanda, sem subsídio do governo
- A restrição do acesso a fundos públicos (e.x. fundo de serviços universal FUST<sup>1</sup>)



### Reversão de Ativos

- Não contempla as plataformas multisserviços, inibindo investimentos
- Não permite operador de vender imóveis não reversíveis



### Multas

- Multas desproporcionais que geram passivos pesados

# O Brasil é "fora da curva" quando comparado com outros países em termos de obrigações e despesas gerais de telefonia fixa

## Agressividade em linha fixa obrigações e despesas gerais



**Linha Fixa Conjunta**  
Densidade de Telefones Públicos



**Linha Fixa Individual**  
Prazo de instalação<sup>2</sup>



**Qualidade**  
# indicadores<sup>3</sup>



**Aplicação de Multa**  
% receita líquida do setor<sup>4</sup>

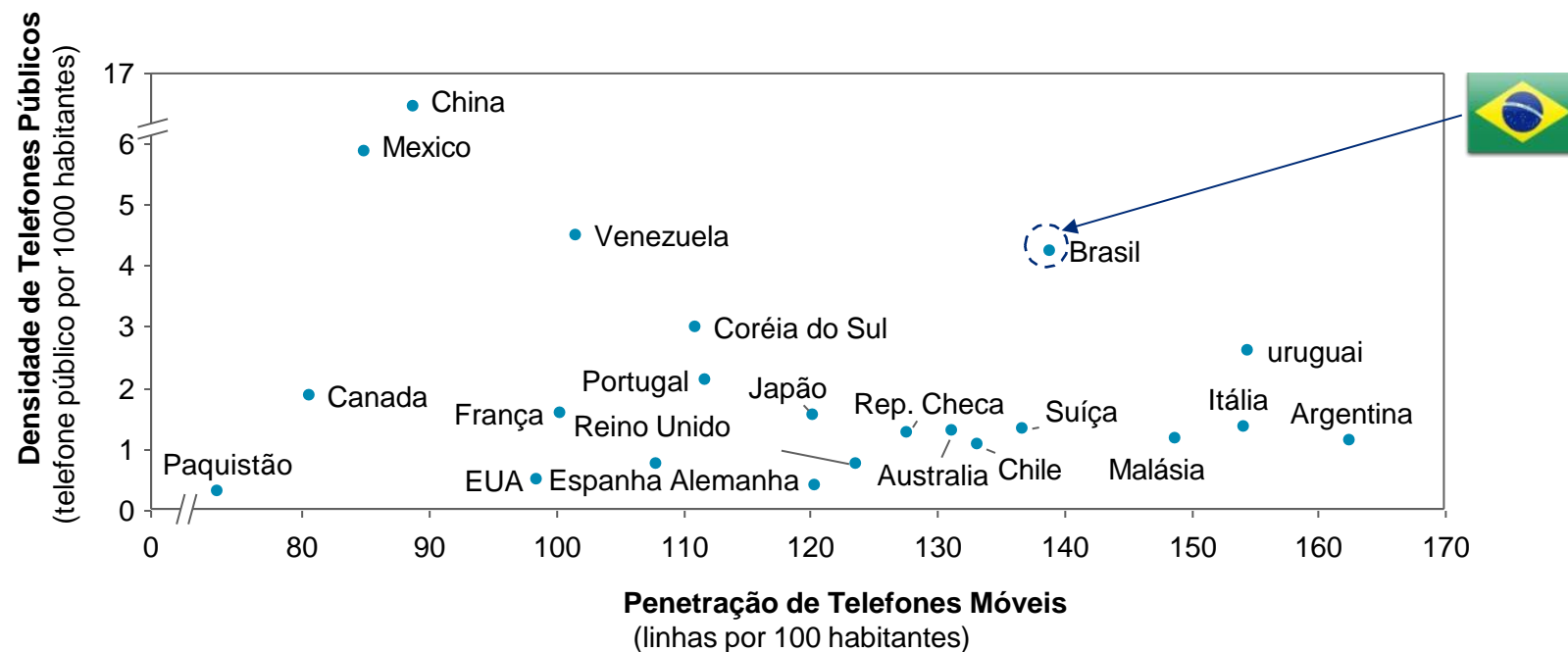


Fonte: NERA e Oliver Wyman pesquisa; Informe CP Anatel; dados internos Oi; TCU 2013, informar - As propostas de lei, o relatório anual 2013 Ofcom , ACMA , AGCOM , TRAI e tra-EAU ; Notas: ( 1) Número de telefones públicos / 1000 habitantes ; ( 2) dias para a instalação área urbana (% das instalações ); ( 3) Os indicadores de monitorização; ( 4) As multas aplicadas / Receita Líquida do Setor

Exemplo de referência: o Brasil apresenta alta densidade de telefones públicos em comparação com outros países, impulsionado por obrigações regulamentares pesadas

## Densidade dos telefones públicos vs. penetração de telefonia móvel - 2014

Não Exaustivo



Referências apontam Brasil como “fora da curva” na oferta de telefones públicos

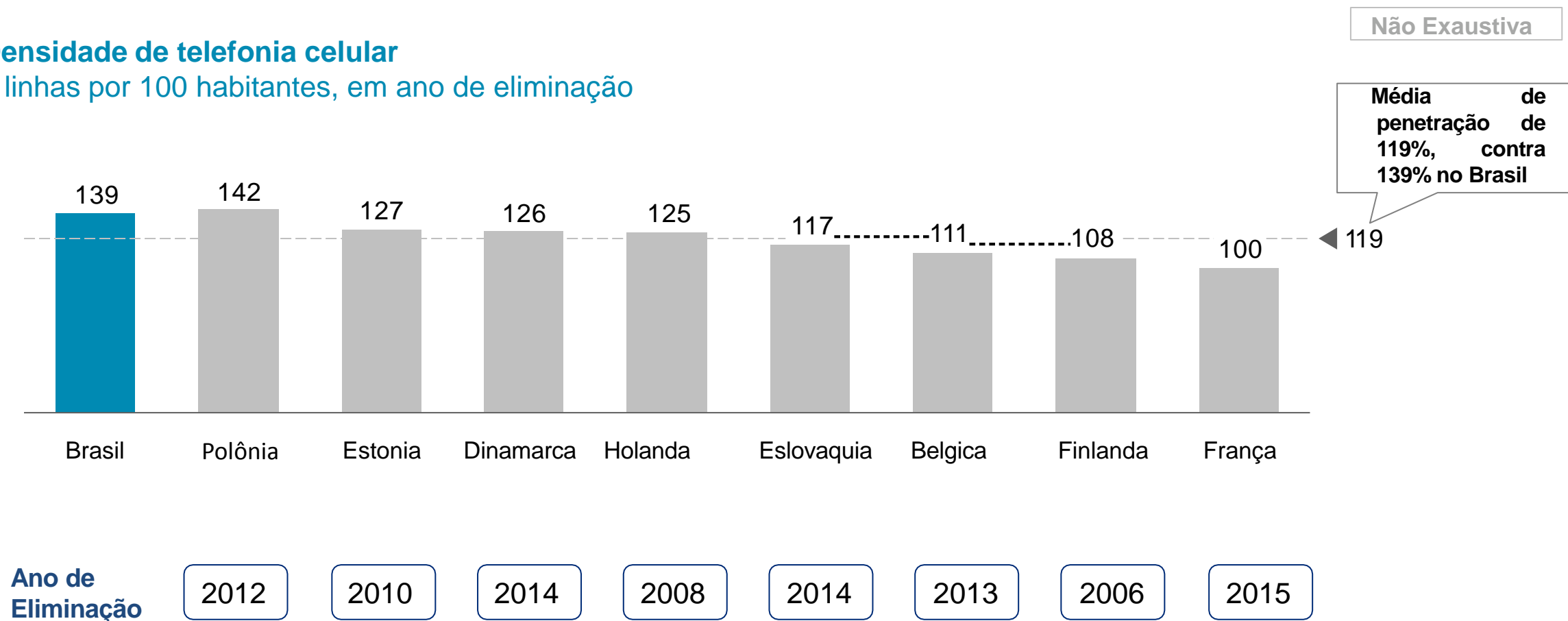
Notas: Dados 2013 considerados para Argentina, Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, México, República Checa, Suíça, Uruguai e Venezuela

Fonte: NERA e pesquisa Oliver Wyman

Exemplo de referência: Outros países, com menor penetração da telefonia móvel do que o Brasil, já eliminaram as suas obrigações de postos

### Densidade de telefonia celular

# linhas por 100 habitantes, em ano de eliminação




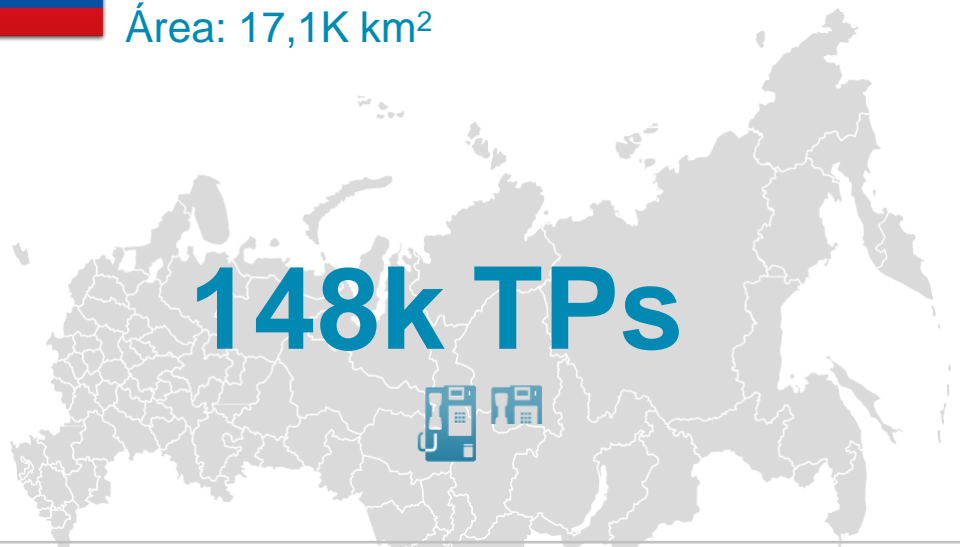
Perda de relevância no serviço tem levado muitos países a extinguir obrigações de telefonia pública

Fonte: NERA e pesquisa Oliver Wyman



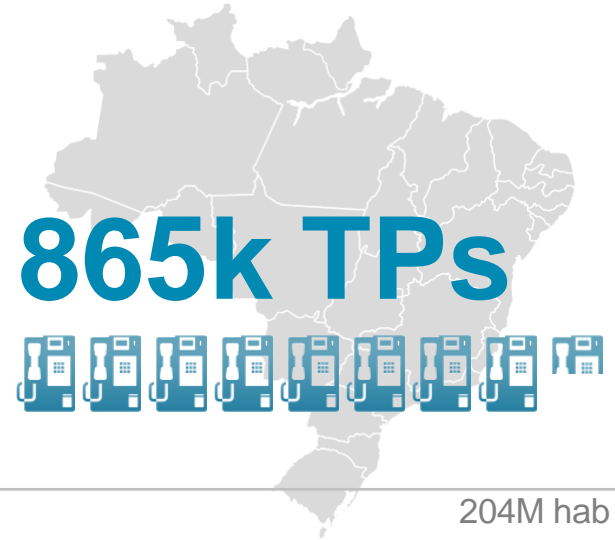
Apesar de ter características semelhantes com a Rússia, o Brasil tem um número de telefones públicos é 5,8x maior

 **Rússia**  
Área: 17,1K km<sup>2</sup>



População	142M hab.
Densidade	8 hab/km <sup>2</sup>
População Rural	26%
GDP	US\$2,1T
Penetração de Telefonia de Linha Fixa	28 linhas/100 hab.
Penetração de Tel. Móvel	155 linhas/100 hab

 **Brasil**  
Área: 8,5K km<sup>2</sup>



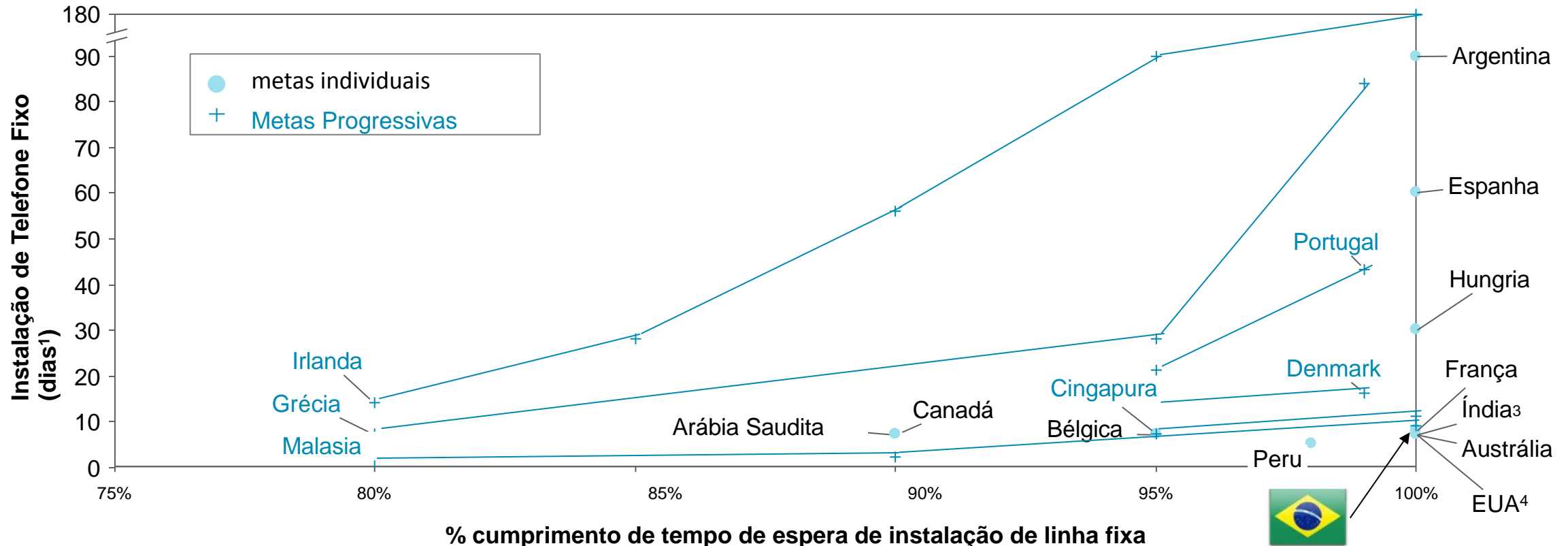
População	204M hab
Densidade	24 hab/km <sup>2</sup>
População Rural	15%
GDP	US\$2,4T
Penetração de Telefonia de Linha Fixa	22 linhas/100 hab
Penetração de Tel. Móvel	139 linhas/100 hab

Fonte: Banco Mundial, ANATEL

Exemplo de referência: Em termos de requisitos de tempo de espera de instalação de linhas terrestres, o Brasil tem metas muito mais rigorosas em comparação com as referências

Não Exaustivo

**Obrigações de instalação de acesso individuais<sup>1</sup>**  
 Dias<sup>2</sup> para servir % de exigências



O Brasil é o mais agressivo em cumprimento de instalação e não tem metas progressivas

Notas: (1) considera-se as obrigações aplicáveis em áreas urbanas, em locais com infraestrutura disponível, sem uma conexão anterior, que exigem uma visita para a instalação; (2) dias corridos. Obrigações em dias de trabalho foram convertidos em dias de calendário, por exemplo, 5 dias úteis é igual a 7 dias corridos; (3) obrigações sujeitas a viabilidade técnica; (4) Refere-se aos estados de Nova York, Ohio e Illinois



## Referência de banda larga: os principais resultados por camada

### Camada

### Lições Aprendidas

#### Aspectos técnicos das metas

- Países de referência revelam um foco na expansão da cobertura, aumentando gradualmente metas de velocidade
- Velocidade média de 25 Mbps está longe de ser a realidade do Brasil (3,6 Mbps) e até mesmo da maioria dos países líderes
- Análise do consumo familiar indica que 10 Mbps é suficiente para satisfazer a maioria da demanda da internet em casa
- Vários países com metas sem correspondência com a necessidade real de consumo, revisaram seus planos originais

#### Modelo de Massificação

- Foco mundial está agora em massificação da banda larga : ~ 150 países com planos de massificação
- Estudos realizados em outros países indicam que a expansão da banda larga impulsiona o PIB e IDH
- Principais modelos de massificação são: incentivos diretos, leilões reversos e PPPs

#### Financiamento

- Internacionalmente, há um forte envolvimento público no financiamento de programas de massificação de banda larga

#### Estimulação de Demanda

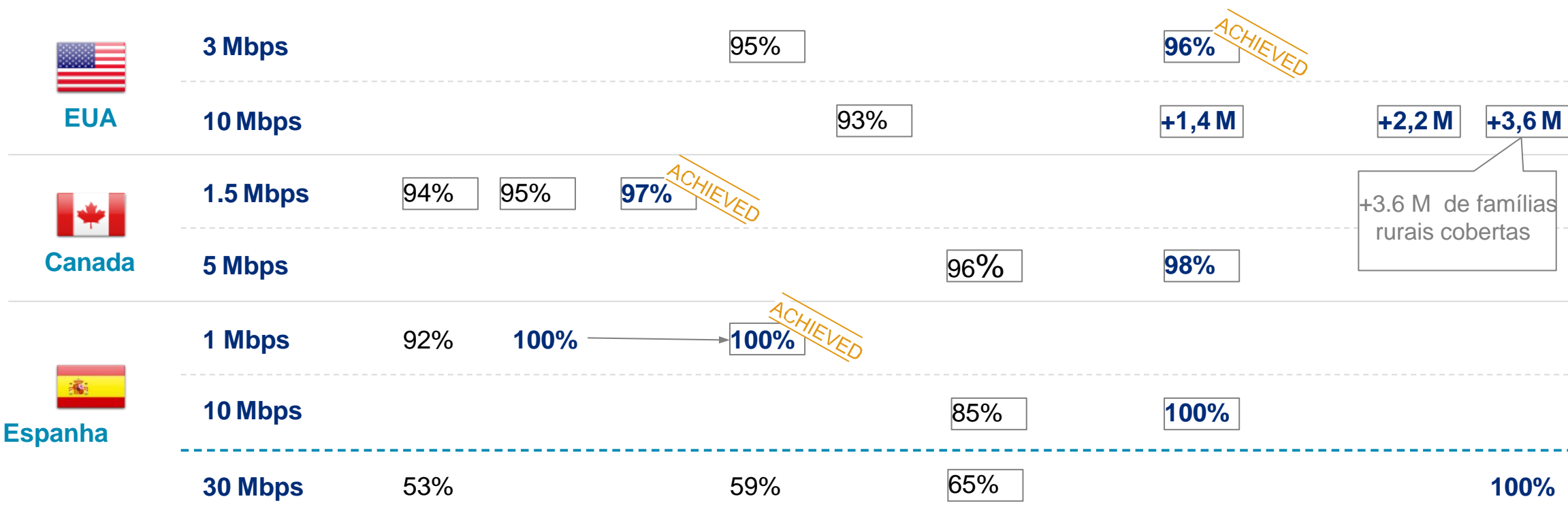
- Casos de sucesso agem fortemente no estímulo da demanda (vs. foco na oferta)
  - Espanha (passado mais 9x c/ ações para estimular a demanda vs. c/ aumento de oferta)
  - EUA subsidia planos de banda larga e telefonia através do fundo de serviço universal



# Países referência revelam um foco inicial na expansão da cobertura, aumentando gradualmente metas de velocidade

xyz Medida de Cobertura  
 xyz Objetivo de Cobertura

2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020



Fontes: (Reino Unido ) Broadband Delivery UK , (Canadá) CRTC , Industry Canada , (Espanha) MINETUR , Agenda Digital España , (Colômbia) CRC , MINTIC



# Apenas algumas aplicações sem valor social relevante exigem > 10Mbps

Velocidade de tamanho da banda necessária para a aplicação  
Mbps



Fonte Broadband Stakeholder Group ( BSG ) Relatório nov / 2013, ACG Research, SEGfL , FCC, NERA e Análises Oliver Wyman



# Análise do consumo familiar brasileira indica que 10 Mbps é suficiente para satisfazer a maioria da demanda de internet em casa

## Família típica brasileira PNAD 2014<sup>1</sup>



## Simulação de uso em horário de pico Assumindo 100% da família está conectada

### Casais com Filhos (43% of households)

- 2 Adultos + 2 crianças
- Com televisão
- Até 2 celulares e/ou 1 PC/Tablet

Pai assistindo filme HD na TV



5,0 Mbps

Mãe assistindo videos no tablet



1,0 Mbps

Filho postando fotos no Facebook



1,0 Mbps

Filha estudando no computador



1,5 Mbps

**Total<sup>1</sup> 8,5 Mbps**

Notas: (1) Assumem acesso simultâneo na mesma conexão domiciliar  
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais ; NERA e Análises Oliver Wyman



Fundo de serviço universal Americano financia uma série de programas em linha fixa e banda larga - com gastos anuais de ~USD8,0 Bi

### Distribuição do Fundo de Serviço Universal (USF)



